

# Acção **Socialista**

Nº 1227- 15 Setembro 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva  
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



## GOVERNO PÕE EM CAUSA SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE



A anunciada diferenciação nas taxas moderadoras é a mais recente e, porventura, a mais grave, investida do ministro Luís Filipe Pereira tendo em vista o desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, uma vez que é a própria universalidade do acesso à prestação de cuidados de saúde que está em causa.

Depois da proliferação dos hospitais SA e da grande

desorçamentação que se verifica no Ministério da Saúde, esta nova medida merece o mais vivo repúdio dos socialistas, como aliás ficou patente nas reacções dos três candidatos à liderança do partido que de imediato, e de forma unânime, rejeitaram a inconstitucional e populista proposta governamental.

20

### LEI DAS RENDAS

**Nova hipocrisia política**

3

### FINANÇAS PÚBLICAS

**Confirmado o falhanço da direita**

3

### REGIÕES

**Aplicação exemplar dos fundos comunitários nos Açores**

4

### CONGRESSO NACIONAL

**Candidaturas e moções globais apresentam novos argumentos aos militantes**

6 a 19

# XIV Congresso Nacional PARTIDO SOCIALISTA



GUIMARÃES 1, 2 e 3 de OUTUBRO DE 2004

# (AINDA) O PACTO DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO REVISITADO!

1. As recentes propostas da Comissão Europeia (divulgadas pelo comissário Almunia no passado dia 3) sobre a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) são tudo menos surpreendentes. Pode dizer-se mesmo que elas se tinham tornado de tal forma inevitáveis que, a existir algum elemento de novidade, ele iria residir mais no tratamento jurídico das violações da França e da Alemanha do que na lógica de fundo da revisão do PEC.

É que a revisão do Pacto há já algum tempo que deixou de ser uma opção política para passar a ser a única hipótese de recuperação da sua própria credibilidade; de facto se, em 2003, os défices da Alemanha (- 3.9%), França (- 4.1%), Holanda (-3.2%) e Reino Unido (embora não aderente à moeda única), ultrapassavam o limiar dos 3%, em 2004 as previsões indicam que a estes países se juntarão pelo menos a Grécia e a Itália (para já não falar na situação da quase totalidade dos novos membros), o que representa a violação do limiar dos 3% por mais de 3/4 da economia europeia.

A revisão proposta pela Comissão Europeia, por conseguinte, se algum erro contém, é o de ser tardia no reconhecimento de que o excessivo automatismo, o excesso de rigidez e a "uniformidade da receita" (em relação ao ciclo económico e às características dos países) tornavam o PEC insustentável.

2. As propostas da Comissão Europeia serão talvez reconhecidas por todos quantos acompanharam as posições de Ferro Rodrigues e de vários elementos da bancada socialista durante os últimos debates orçamentais. A ideia central de que a consolidação orçamental é inviável sem crescimento económico e de que não é admissível sacrificar o segundo ao primeiro destes objectivos é retomada na proposta da Comissão Europeia.

Expressamente afirma-se que "aumentar o potencial de crescimento e garantir situações orçamentais sólidas são os dois pilares da política económica e fiscal da União Europeia" e, seguindo de perto o documento apresentado, o primeiro objectivo desta revisão é precisamente apresentado como a ultrapassagem das limitações evidenciadas pelo PEC no que respeita ao desenvolvimento económico e à sustentabilidade das finanças públicas.

Em termos de instrumentos de política, a Comissão Europeia propõe: (i) uma maior atenção à dívida pública (e não só ao défice) bem como ao carácter sustentado, isto é estrutural (e não de curto prazo), do equilíbrio das contas públicas; (ii) o ajustamento dos objectivos à especificidade de cada país abrindo (reconhecendo que há falta de racionalidade económica na definição de objectivos iguais para países tão diferentes); (iii) a valorização do Programa de Estabilidade e Convergência (plurianual e estratégico) e a consideração da evolução de cada país (particularmente quando se registre abrandamento económico) antes da abertura de

processos de penalização por incumprimento; (iv) alertas mais precoces de modo a que os esforços de correcção orçamental não agravem a economia nos períodos de abrandamento (mas antes se concentrem nos de maior pujança). A necessidade de articular as políticas económicas entre os países e de garantir maior transparência e fiabilidade das estatísticas e contas públicas completa o leque de propostas.

3. A coincidência entre estas linhas de acção e o discurso do Partido Socialista é, de facto, quase total. Acresce que um conjunto articulado de propostas que permitissem a Portugal fazer correcções estruturais nas suas finanças públicas, estimulando simultaneamente o desenvolvimento, foi mesmo formalmente proposto na Assembleia da República no início de 2004. Estas propostas definiam uma posição clara em relação ao processo de revisão do Pacto e propunham uma série de procedimentos internos coerentes: obrigação de apresentação pelo Governo de orçamentos plurianuais, articulação do Orçamento com as Grandes Opções do Plano e com os compromissos europeus, discussão faseada do Orçamento, discussão autonomizada sobre o investimento e a despesa globais, identificação dos compromissos do Estado de forma consolidada, constituição de um Comité de Peritos que, de forma independente, acompanhasse o Parlamento e o Governo na discussão orçamental, etc. Tudo foi olímpicamente "descartado", o que se enquadra perfeitamente no estilo arrogante e autoritário da maioria. A afirmação de que o Pacto "não estava em revisão nem para lá caminhava" foi gritada pelos mais altos responsáveis do Governo em plena Assembleia da República!

A ignorância e incompetência são problemas graves em quem governa. Mais grave ainda, no entanto, é que, com o estilo autista e arrogante, Portugal consagrou-se de alma e coração a um objectivo estúpido, interpretando-o do modo mais estúpido possível – cumprindo a forma sem lhe perceber o conteúdo nem o alcance. Neste momento, alguns países da União Europeia têm um problema de contencioso com a União Europeia mas, para "cumprir o défice", não abandonaram os seus desígnios e objectivos nacionais. Em Portugal, o Governo começou por utilizar politicamente o défice em 2001 revendo-o em alta para fins partidários; depois, incapaz de fechar a "caixa de Pandora" só conseguiu agravá-lo (cada ano mais); impotente, limita-se a vender património e, entretanto, desencadeou um processo de empobrecimento acelerado do país que não encontra igual na União Europeia.

Quem responde perante os portugueses por tal desatino? O sr. presidente da Comissão Europeia? O dr. Santana Lopes?

Esta é uma grave questão que acarreta outra: na situação em que estamos e com as eleições no horizonte, com que objectivos e critério usará o "Governo de continuidade descontinua" as actuais margens de manobra que a Comissão Europeia, muito justamente, se propõe abrir?



**ELISA GUIMARÃES  
FERREIRA**

*A ignorância e incompetência são problemas graves em quem governa. Mais grave ainda, no entanto, é que, com o estilo autista e arrogante, Portugal consagrou-se de alma e coração a um objectivo estúpido, interpretando-o do modo mais estúpido possível – cumprindo a forma sem lhe perceber o conteúdo nem o alcance.*

## MADONNOS

ANTOONIO COLAÇO

Estes são os **maus donos** da resolução dos nossos problemas.

Para eles tudo não passa de triste e **ziguezagueante espectáculo!**

**Aborto:** ora discute, ora não se discute mais!

**Saúde:** Ora toma taxa moderadora, ora pagas se queres estar doente!

**Interior:** Ora pagas portagem, ora logo se vê!

**Orçamento:** Ora privatizas, ora não cobras impostos a quem mais pode!

**Desemprego:** Ora, ora, **sempre a subir!**

**Madona: Ora, ora, ouvir o Bagão?! Isso é que não!**

**The show must go on!**



## 'RENTRÉE' PARLAMENTAR

## CONTAS PÚBLICAS E ANO ESCOLAR MARCAM AGENDA SOCIALISTA

A abertura do ano escolar e a consolidação e transparência das contas públicas, a par naturalmente do exercício de funções de controlo do Governo, como é o caso das anunciadas lei do arrendamento urbano ou do aumento das taxas moderadoras na saúde, são as áreas em que o Grupo Parlamentar do PS centrará a sua acção na abertura da nova sessão legislativa, conforme declarou ao "Acção Socialista" António José Seguro, líder da bancada.

O projecto de resolução do PS sobre transparência nas contas públicas, que será discutido quinta-feira no Parlamento, recomenda que "a apresentação mensal da execução do Orçamento deve respeitar um princípio de verdade contabilística, obedecendo, nomeadamente, ao sistema de contas públicas do Eurostat".

O PS sustenta que o Governo deve garantir "a disponibilidade de informação de qualidade sobre a execução orçamental para a receita fiscal, bem como para os



principais serviços e Fundos Autónomos, para as principais autarquias locais, para as Regiões Autónomas e para a Segurança Social". No projecto de resolução, os socialistas

defendem por isso "o reforço dos mecanismos de articulação interinstitucional, envolvendo o Banco de Portugal, o Instituto Nacional de Estatística e os vários serviços do Ministério das Finanças".

Entretanto, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PS, a Assembleia da República debate também no próximo dia 16 o projecto socialista sobre promoção e valorização dos bordados de Castelo Branco, e no dia 23 um outro projecto que visa regular o processo de selecção dos candidatos portugueses ao exercício das funções de juiz e de altos cargos em tribunais internacionais.

Por outro lado, está também agendado para o próximo dia 16, depois de sucessivos adiamentos, a eleição do Conselho de Fiscalização do SIS, para o qual deverá ser eleito o deputado socialista Marques Júnior, isto após o braço-de-ferro com os partidos da maioria que se têm oposto à designação.

## LEONOR COUTINHO AFIRMA

## NOVA LEI DO ARRENDAMENTO REVELA HIPOCRISIA POLÍTICA

"A nova lei do arrendamento urbano, pelo que se conhece através da Comunicação Social, está mal pensada, tem como consequência dar menos confiança quer aos inquilinos quer aos proprietários, atirando ainda para outro Governo os custos sociais e financeiros", afirmou ao "Acção Socialista" a deputada Leonor Coutinho.

Fazendo questão de ressaltar que não conhece a lei, mas apenas as linhas gerais do diploma que têm vindo a lume e a conta-gotas na Comunicação Social, a ex-secretária de Estado da Habitação socialista refere que o anúncio logo desde a tomada de posse do novo Governo de que iria ser alterada a lei do arrendamento

leveu a que "durante estes dois anos os proprietários deixassem de fazer obras no parque habitacional antigo".

Por outro lado, sublinha, ao estabelecer a atribuição do subsídio de renda para daqui a três anos, esta lei terá também como consequência negativa "dar pouca confiança aos proprietários para fazer obras no imediato".

Além disso, acrescenta, "é uma lei que demonstra uma grande hipocrisia e cobardia política, já que os custos sociais referentes aos subsídios não se aplicam a este Governo, mas sim a um novo Executivo daqui a dois anos".

Segundo Leonor Coutinho, uma medida fundamental para "consolidar o mercado

de arrendamento e dar confiança aos proprietários no que respeita à cobrança das rendas passa por uma justiça mais célere e eficaz".

A deputada do PS critica ainda o Governo por ter reduzido para metade o investimento no parque habitacional público de arrendamento, lembrando, a propósito, que "o parque de arrendamento social em Portugal (4 por cento) é muito inferior à média europeia (18 por cento)". E faz questão também de assinalar que segundo o censo de 2001 sobre o estado da habitação em Portugal, "mais de metade das casas em mau estado de habitabilidade não são arrendadas".

J. C. C. B.

## FINANÇAS PÚBLICAS

## CONFIRMADO O FALHANÇO DA DIREITA

O Governo falhou o objectivo de equilibrar as contas públicas, como ficou bem patente na "vaga" e "insensível" comunicação ao país do próprio ministro das Finanças.

Em declarações ao "Acção Socialista", o deputado do PS Joel Hasse Ferreira acusou Bagão Félix de ter apresentado "uma concepção de equilíbrio orçamental entre o básico e o salazarento, ignorando o pensamento económico moderno das últimas décadas".

"Na sua comunicação, o ministro confessou o falhanço dos governos PSD/CDS-PP no objectivo de equilíbrio das finanças públicas sem recurso a receitas extraordinárias, mas também disse que

iria utilizar a mesma terapia errada em 2005", apontou Hasse Ferreira, que criticou de seguida o facto do governante não ter clarificado se os funcionários públicos terão aumentos reais de salários em 2005.

"O senhor ministro não disse aos portugueses se para o ano haveria um aumento salarial real (acima da inflação) ou nominal (abaixo da inflação). Prometeu aumentos mas não disse quanto nem clarificou os critérios a ter em conta", lembrou o deputado, que também criticou o que considerou ser "um discurso muito vago sobre eventuais mudanças em sede de IRS".

"O ministro não parece estar muito

preocupado com a eficácia fiscal, não deu esperança e também não explicou como vai gerar mais emprego", afirmou, acrescentando que "Bagão Félix não apresentou qualquer visão estratégica para o futuro do país, revelou-se passivo perante o processo de revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Europeia e insensível em relação às questões sociais de Portugal". Assim, concluiu o parlamentar socialista, "a tutela demonstrou a sua incapacidade para resolver os problemas concretos do país, demonstrou que não tem estratégia e uma grande insensibilidade social".

M.R.

## ALMEIDA SANTOS DEFENDE

## ATITUDE MAIS INTERVENTIVA DE SAMPAIO COMO COMANDANTE SUPREMO DAS FORÇAS ARMADAS

O caso do "Barco do Aborto" levou o presidente do PS a considerar que Jorge Sampaio deve fazer uma leitura "menos restritiva" das suas competências enquanto chefe de Estado e comandante das Forças Armadas (FA).

Embora reconhecendo que as competências do Presidente da República relativamente ao comando das FA se encontram "mal definidas", o que constitui uma "uma lacuna constitucional e legal", Almeida Santos sustentou que "casos como o da nossa envolvimento na invasão do Iraque e o do barco da organização Women on Waves podem recomendar um entendimento menos restritivo".

Recorde-se que na polémica sobre "Barco do Aborto", Sampaio anunciou publicamente que pediria explicações ao Governo sobre os meios utilizados para impedir a sua entrada em águas nacionais, que envolveram dois navios militares, dando a entender que não fora consultado sobre o assunto.

Almeida Santos salientou que o chefe de Estado se "limitou a recordar que ainda é o comandante das Forças Armadas", observando que "o reparo não teve nada de amável nem de inocente".

Segundo o presidente do PS, "ficou demonstrado que a penalização da interrupção voluntária da gravidez não se defende nem concretiza com vasos de guerra", pelo que os socialistas voltarão a levantar a questão do aborto na abertura da sessão legislativa na Assembleia da República.



## INCÊNDIOS FLORESTAIS

## APOLINÁRIO CONTESTA EXCLUSÃO DA SERRA DO CALDEIRÃO DE ZONA DE RISCO

O deputado José Apolinário exige que o Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas explique e fundamente a decisão de exclusão de grande parte do Algarve das zonas de risco de incêndios, solicitando, em requerimento, a apresentação de uma cópia dos estudos realizados nesse sentido.

Apolinário quer saber como foram determinados os critérios que levaram a considerar a zona da Serra do Caldeirão como sendo de "risco muito baixo", lembrando que a referida classificação foi publicada poucos dias após um grande incêndio neste preciso local.

A revogação da portaria ministerial que define a zona de probabilidade de incêndio florestal no Continente é, pois, no entender do parlamentar do PS, "uma medida urgente", que deveria ser acompanhada de outras destinadas ao "apoio às populações da Serra algarvia" que se viram afectadas pelos fogos.

Por outro lado, e tendo presente a resolução do Conselho de Ministros que incumbe o ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional de coordenar uma estrutura de acompanhamento da problemática dos incêndios, bem como a apresentação de relatórios periódicos dos trabalhos efectuados e das iniciativas legislativas pertinentes, José Apolinário questionou o Governo sobre novas iniciativas específicas para a Serra do Caldeirão.

Instando a tutela a dar resposta a problemas práticos, nomeadamente aos prazos de pagamento das compensações às vítimas dos incêndios; a acções que salvaguardem a posição das empresas e dos trabalhadores por conta de outrem, à cobrança de taxas pelo Instituto de Conservação da Natureza e aos procedimentos perante as entidades seguradoras, o parlamentar socialista solicitou ainda que o Governo disponibilizasse os correspondentes relatórios.

## SECRETARIADO

Apesar de acatar a decisão do Tribunal Administrativo, que acabou por dar razão ao Governo no bloqueio que desencadeou contra o "Barco do Aborto", o Partido Socialista reiterou a sua contestação pela actuação política do Executivo e pelos meios por ele utilizados para impedir a entrada do navio "Borndiep" em águas territoriais portuguesas.

"Os socialistas respeitam a decisão judicial, mas esta questão é essencialmente política", sublinhou o porta-voz do PS, Vieira da Silva, para quem impedir a atracagem na Figueira da Foz do barco da associação holandesa Women on Waves é "uma atitude inaceitável e arrogante", condicionando um debate aberto numa sociedade aberta.

## CONCELHIAS

Para PS de Mondim de Basto, "a Câmara não pode lavar as mãos como Pilatos" nas questões relativas às operações clandestinas das "pedreiras", pelo que exige o cumprimento da lei relativa à sua actividade e destaca a necessidade de "determinar os regimes de exploração de inertes, fiscalizar as formas de extracção limitar os impactos ambientais".

Num comunicado da Comissão Política Concelhia, os socialistas entendem que "a vontade dos empresários de cumprir as normas deve ser acompanhada por uma acção enérgica, empenhada e colaborante do município".

## AUTARQUIAS

O PS venceu as eleições intercalares para a freguesia da Maiorga, **Alcobaça**, mantendo a maioria absoluta que já possuía antes da demissão da maior parte dos eleitos locais.

Segundo Rosa Domingues, membro da Assembleia de Freguesia reeleita, no passado dia 12, presidente da Junta, dos 2002 eleitores recenseados, participaram nas eleições 1005 votantes, cabendo 579 votos ao PS, 263 ao PSD e 142 à CDU.

Com este resultado, o Partido Socialista sobe a votação, obtendo mais um lugar na Assembleia de Freguesia elegendo seis representantes para este órgão autárquico.

Os vereadores socialistas da Câmara do Porto vão pedir uma inspecção à gestão municipal dos bairros sociais e apelar a Santana Lopes para "pôr cobro aos desmandos" de Rui Rio à frente da autarquia.

"A política de habitação social seguida pelo actual Executivo autárquico atingiu uma tal gravidade no que respeita à violação dos direitos dos cidadãos que não pode continuar", acusou Isabel Oneto.

Segundo a vereadora, o pedido seguiu para a Inspeção-Geral da Administração do Território (IGAT), visando os antigos Serviços Municipais de Habitação e a Empresa Municipal de Habitação.

O presidente da Câmara de Matosinhos está contra a suspensão do protocolo que o Governo mantém com a Galp Energia e que tem assegurado a monitorização da refinaria de Leça da Palmeira, no que diz respeito ao cumprimento das normas de segurança e ambientais.

Demarcando-se da sugestão veiculada pelos peritos que integraram a comissão governamental de inquérito ao acidente de 31 de Julho passado, Narciso Miranda lembrou que a empresa em causa é de capitais públicos, pelo que "cabe aos poderes públicos balizar o seu funcionamento".

O autarca exigiu ainda o encerramento imediato dos armazéns de combustíveis existentes em Matosinhos Sul, acusando o Governo de ter cometido uma "ilegalidade grosseira quando prorrogou o licenciamento daqueles três locais propriedades da Shell, Galp Energia e BP", ignorando o que está definido no Plano Director Municipal.

## EURODEPUTADOS PRESSIONAM AUSTRÁLIA PARA RECONHECER GÁS E PETRÓLEO DE TIMOR

Os doze eurodeputados portugueses ao Parlamento Europeu subscreveram uma petição dirigida ao primeiro-ministro, John Howard, em que pedem que a Austrália "aceite a soberania de Timor-Leste sobre as jazidas de petróleo e de gás que estão mais próximas do território timorense do que da Austrália".

A petição, posta a circular por iniciativa de Ana Gomes, foi subscrita por 37 eurodeputados de vários países, entre os quais os restantes portugueses, pede ainda à Austrália que aceite a jurisdição do Tribunal Internacional de Justiça sobre temas como as fronteiras marítimas e a Convenção as Nações Unidas sobre a Lei do Mar de 1982 relativamente às fronteiras marítimas da Austrália. Os subscretores defendem ainda que os lucros daqueles recursos localizados nas áreas agora em disputa sejam justamente repartidos entre Timor Leste e a Austrália. Os eurodeputados apresentaram também uma petição com o mesmo teor aos membros do Parlamento australiano.

Para Ana Gomes, é importante que seja "encontrada uma solução rápida e justa para a questão dos limites do Mar de Timor que garanta ao novo Estado de Timor Lorosae os recursos a que tem direito e de que bem precisa para a sua reconstrução e desenvolvimento".

## BREVES

## ENCONTRO DE PARLAMENTARES

## REGIÃO DOS AÇORES FOI A MELHOR A APLICAR FUNDOS COMUNITÁRIOS

A Região Autónoma dos Açores foi a melhor do país na execução do programa de desenvolvimento regional e na respectiva aplicação dos fundos comunitários, afirmou o presidente do PS/Açores, Carlos César, citando declarações recentes do comissário europeu responsável pela Política Regional europeia, Jacques Barrot.

As declarações de Carlos César foram feitas durante um encontro organizado pelo Grupo Parlamentar do Parlamento Europeu para debater "Os novos desafios da Europa", que juntou em S. Miguel eurodeputados, deputados e dirigentes do PS/Madeira, do continente e das ilhas Canárias. Os temas em debate foram o quadro financeiro 2007-2013, as instituições europeias e as regiões ultraperiféricas, a preservação do mar e a sustentabilidade das pescas.

"O Comissário da Política Regional, Jacques Barrot, disse, quando nos visitou na semana passada, que a Região Autónoma dos Açores é a melhor do país na execução do seu programa de desenvolvimento regional", afirmou Carlos César, que interpretou aquelas palavras como uma prova de que "o Governo socialista dos Açores era claramente melhor que o Governo de coligação do continente e que o Governo do PSD na Madeira".

Em virtude dos bons resultados obtidos na execução dos Fundos Estruturais, Carlos César defende um reforço dos



apoios comunitários no próximo QCA. Segundo referiu, não obstante o alargamento da União Europeia implicar uma distribuição do orçamento por mais países, o Governo Regional irá bater-se por um aumento do volume financeiro na ordem dos 10 a 20 por cento em relação ao actual QCA.

O eurodeputado Paulo Casaca, que participou no painel que discutiu as perspectivas financeiras para o próximo QCA, sublinhou que a execução do programa PRODESA confere uma "vantagem grande" nas negociações dos Fundos Estruturais, que deverão estar concluídas no próximo ano.

Considerando que a negociação dos fundos estruturais para a obtenção de um volume superior ao actual para a região será um "objectivo ambicioso", Paulo Casaca disse que será necessário, por isso, um grande trabalho de persuasão junto dos responsáveis europeus. Moderaram os painéis Maximiano Martins (Quadro Financeiros 2007-2013), Medeiros Ferreira (Instituições europeias e ultraperiféricas) e Bernardo Trindade (Preservação do mar), cabendo as intervenções iniciais, respectivamente, a Paulo Casaca, Emanuel Jardim Fernandes e Vasco Cordeiro.

PR

## JAMILA MADEIRA ACUSA

## GOVERNO AINDA NÃO APRESENTOU PREJUÍZOS DE INCÊNDIOS A BRUXELAS

O Governo português tem apenas até ao final de Outubro para apresentar à Comissão Europeia os prejuízos provocados pelos incêndios, de forma a poder beneficiar do apoio da União Europeia para atenuar os danos humanos e materiais. Neste sentido, a eurodeputada socialista Jamila Madeira instou, no plenário de Estrasburgo, o Governo a apresentar rapidamente a avaliação dos prejuízos para que o Fundo de Solidariedade possa ser accionado.

A eurodeputada considerou que "a ajuda de emergência é necessária e essencial para as pessoas que tudo perderam" e condenou a tendência existente para "canalizar mais verbas para colmatar consequências do que para prevenir as catástrofes naturais".

Jamila Madeira recordou que os incêndios deste Verão devastaram alguns milhares de hectares de floresta e, no caso específico de Portugal, a somar à catástrofe do ano passado, arderam este ano mais de 100 mil hectares, sendo o

Algarve a região mais fustigada, com 40 por cento da área total queimada.

Defendeu também a necessidade de se efectuar uma reprogramação dos Fundos Estruturais para que seja possível contrariar a tendência de abandono de muitas zonas e para acudir às necessidades das populações.

A Comissária responsável pelo Ambiente, Margot Walsstrom, referiu que este ano ainda nenhum país solicitou ajuda a Bruxelas para fazer face aos prejuízos provocados pelos incêndios, podendo fazê-lo apenas até Outubro.

## PARLAMENTO EUROPEU DEBATE PROIBIÇÃO DE ENTRADA EM PORTUGAL DO BORNDIEP

A proibição da entrada em Portugal do barco holandês *Borndiep*, da associação *Women on Waves*, será o tema central que esta quinta-feira estará em discussão na sessão plenária o Parlamento Europeu, em Estrasburgo, sob o impulso das deputadas socialistas portuguesas Edite Estrela, Ana Gomes e Jamila Madeira, que chegaram a subscrever uma resolução para dar maior projecção ao debate. No

entanto, por receio de uma rejeição dos grupos políticos de direita, as eurodeputadas portuguesas e de outros grupos políticos da esquerda ficaram-se apenas pela discussão do tema.

O debate que agora terá lugar no Parlamento Europeu evoca necessariamente um relatório aprovada no passado mês de Março, o qual, entre outras coisas, alerta para os riscos físicos e mentais das

mulheres que interrompem voluntariamente a gravidez e recomenda que esta prática seja "legal, segura e universalmente acessível, a fim de salvaguardar a saúde reprodutiva e os direitos das mulheres".

Este relatório exorta ainda os Estados-membros a "absterem-se em quaisquer circunstâncias de agir substancialmente contra mulheres que tenham feito abortos ilegais".

## SEGUROS AGRÍCOLAS

## CARLOS CÉSAR PROMETE SISTEMA INOVADOR

Carlos César declarou no passado domingo, na Vila de São Sebastião, Angra do Heroísmo, que se for reeleito presidente do Governo Regional dos Açores “vai rever a lei dos seguros agrícolas e propor um novo sistema à União Europeia”.

O líder do PS/Açores sustentou que “o sistema actual já não corresponde às necessidades dos agricultores açorianos” e, por isso, vai propor à Comissão Europeia “negociações com vista a uma espécie de liberalização condicionada”.

“Temos a obrigação de procurar soluções inovadoras, e um sistema de seguros por ilhas ou por sectores agrícolas em que o Governo possa intervir é o mais adequado”, defendeu César perante cerca de 400 lavradores reunidos num jantar socialista. O candidato socialista a um terceiro mandato como presidente do Governo Regional prometeu ainda “lutar por um reforço de verbas no POSEIMA – programa de desenvolvimento dos Açores e Madeira –, bem como reformá-lo através da

implementação de novos apoios”.

Carlos César, que se comprometeu “a nunca deixar cair da agenda política um possível aumento da quota leiteira”, disse aos agricultores que no resgate daquela quota “vão ser privilegiados os jovens de primeira instalação e os que não receberam nenhuma quota no ano passado”.

E comprometeu-se igualmente a ampliar os perímetros de ordenamento agrícola existentes, a incrementar a distribuição de água e electricidade às explorações agrícolas, e a rever a lei do arrendamento rural. Na sua intervenção, Carlos César desafiou ainda os dirigentes da Federação Agrícola dos Açores a estudar em conjunto com o Governo um calendário e um mapa das prioridades de execução de novos caminhos agrícolas nas diferentes ilhas.

Por outro lado, o líder do PS/Açores pôs em evidência os números comparativos entre a acção do governo do PSD até 1996 e as realizações dos governos socialistas entre 1997 e o primeiro semestre do corrente



ano. E concluiu: “Sabemos que levamos avanço”.

Segundo César, os governos socialistas “em todos os sectores e em todas as áreas fizeram muito mais” do que os anteriores, destacando a redução dos índices de brucelose, a certificação da carne, a rede de matadouros, o crescimento da produção de leite e do número de fábricas de lacticínios.

O líder socialista anunciou ainda o objectivo de “aprofundar as relações comerciais com a Madeira e as Canárias”, em especial com as ilhas espanholas, “cujo esquema de transportes marítimos em estudo vai permitir aumentar as exportações açorianas em especial do leite”.

Entretanto, uma delegação do PS/Açores, chefiada pelo camarada Carlos César, foi recebida na segunda-feira, em audiência, para apresentação de cumprimentos, pelo presidente da Comissão Nacional de Eleições, António de Sousa Guedes.

## GUTERRES LAMENTA FRACA AJUDA EUROPEIA AO DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA

O presidente da Internacional Socialista, António Guterres, lamentou, em Moçambique, que a expressão da solidariedade europeia com África não seja à escala da dimensão do problema africano”, e sublinhou que o montante de todo o apoio europeu para o desenvolvimento daquele continente em 2003 foi inferior ao concedido pela União Europeia a Portugal.

O ex-primeiro ministro de Portugal, que se deslocou a Maputo para participar numa conferência organizada pelo Instituto Superior Politécnico e Universitário, falou sobre as relações entre a Europa e África, defendeu o reforço da União Africana e a integração regional do continente.

Guterres considerou que Moçambique e o Presidente Chissano tiveram um papel muito importante na credibilização da União Africana e defendeu o reforço das parcerias regionais, de que é um bom exemplo a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, que integra Moçambique.

Insistentemente pressionado por um elemento da assistência a explicar as razões porque se demitiu do Governo em 2003, que considerou que a demissão de Guterres era “uma maneira de estar na vida que em África e em Moçambique não existe”, o ex-primeiro-ministro português, que queria evitar as questões nacionais, lá acabou por dizer que a sua decisão ficou a dever-se “aos maus resultados das eleições autárquicas”: “Esses resultados iriam criar uma dinâmica no Parlamento que impediria que o meu projecto se realizasse”, afirmou.



## MADEIRA

## INVERTER POLÍTICAS DE JARDIM E COMBATER A IGNORÂNCIA

As listas do PS às eleições regionais da Madeira reflectem “um conjunto de personalidades capazes de encetar um novo ciclo de políticas nesta Região Autónoma”, salientou Jacinto Serrão aquando da entrega das mesmas no Tribunal competente.

Por outro lado, o líder do PS/Madeira, em declarações aos jornalistas, acusou o presidente do Governo, Alberto João Jardim, de “manter a ignorância de um povo” com o seu modelo de desenvolvimento para a Região.

Para o presidente do PS/M, a Jardim interessa manter a alta taxa de analfabetismo (que é de 12,7 por cento) e continuar a ter 45 por cento das pessoas no activo sem sequer terem a escolaridade obrigatória.

“Todos sabemos que os desafios para o futuro passam por uma aposta nas pessoas e na sua valorização”, frisou o líder dos socialistas da Madeira, acrescentando que “o PS pretende exactamente implementar políticas que apostem fortemente nos nossos concidadãos, assim como na sua qualificação e mobilização”.

Quanto à “baixa formação profissional”, bem como à pouca investigação científica, o PS/M propõe-se inverter estas políticas “porque queremos é que as pessoas sejam mais valorizadas e saiam mais preparadas para enfrentar os repto modernos”. Assim, “queremos combater fortemente nessa frente; queremos que as pessoas se sintam mais qualificadas face aos novos desafios da sociedade global”, reiterou Jacinto Serrão, para quem Alberto João Jardim e o seu Governo deviam ter feito muito mais nesta área, “em vez de tentarem cobrar um cheque que já foi pago há mais de 25 anos”.

Esta última declaração foi feita no Loreto,



freguesia do Arco da Calheta, durante uma visita que Jacinto Serrão realizou acompanhado pelos candidatos a deputados do PS, ocasião em que também acusou o Governo Regional de ter desperdiçado dinheiros públicos e apontou para “falhas graves na estratégia da tutela regional para o área da Educação”. No final desta acção de campanha, o cabeça de lista pelo círculo eleitoral da Calheta, Gregório Gouveia, criticou a política social implementada na Madeira, apontando para problemas relacionados com exclusão social, pobreza, desemprego e miséria nas pensões sociais, que, reiterou, “devem sofrer um aumento de pelo menos 5 por cento”. Considerando incompreensível a persistência destes problemas, em especial no concelho da Calheta, Gouveia assegurou que o PS defenderá, no Parlamento regional, “uma série de regalias sociais para a esta população”, a começar pela proposta de prolongamento da via rápida até às Achadas da Cruz. Os socialistas consideram igualmente inaceitável que algumas freguesias estejam

actualmente na ultraperiferia da Região comparativamente ao Funchal.

Neste sentido, Gregório Gouveia garantiu ser necessária e urgente uma “aposta numa política de desenvolvimento sustentado” e que beneficie os madeirenses na sua qualidade de vida.

## Viticultores de São Vicente devem ser apoiados

O PS/Madeira quer que o Governo Regional “encele medidas urgentes” no sentido de indemnizar os viticultores do concelho de São Vicente cujas colheitas se perderam, provocando-lhes “teríveis dificuldades”. Em contacto com os produtores de vinhos, Jacinto Serrão garantiu que o seu partido levaria este problema à Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Humanos para sensibilizar a tutela para a situação.

O líder do PS/Madeira e os candidatos socialistas a deputados da Assembleia Legislativa constataram, no passado dia 9, durante uma visita a São Vicente, que “cerca de 80 por cento da produção de uvas do concelho está a apodrecer nas latadas”, manifestando de imediato a sua “profunda preocupação” e alertando para o facto de esta situação estar a gerar desconfiança por parte dos agricultores relativamente às autoridades que tutelam o sector da Agricultura.

Jacinto Serrão entende que as políticas actuais “estão voltadas para maximizar os lucros das casas que transformam as uvas em vinho” e refere que “o produtor fica sempre a perder”, uma vez que trabalha todo o ano e no fim da vindima não tem lucros porque as uvas acabam por apodrecer ainda nas latadas por causa das chuvas.

## ENTREVISTA A JOSÉ SÓCRATES

# "A PRIORIDADE DO PS É SER U PARA GOVERNAR"

## Anunciou a sua candidatura a Secretário-Geral do PS a 15 de Julho. A sua candidatura já estava preparada, como alguns têm dito?

Não. Isso é completamente falso. Sei que o Manuel Alegre já afirmou que a minha candidatura estava preparada "diga eu o que disser". Mas uma mentira não passa a ser verdade só porque é repetida muitas vezes.

## Mas falava-se dessa hipótese no partido...

Isso é verdade. Não ignoro que se falava nisso, tanto no partido como na comunicação social. Mas que culpa tenho eu? É muito frequente nos partidos fazerem-se especulações dessa natureza ou até gerarem-se movimentos de simpatia em torno de certos dirigentes. Outros nomes foram falados na mesma altura. Acho que isso é absolutamente normal. Admito que a minha candidatura fosse desejada ou até esperada por muita gente no PS. Mas uma coisa é uma candidatura esperada, outra é uma candidatura preparada. E a verdade é que eu não preparei candidatura nenhuma, nem tinha sequer decidido candidatar-me. Que eu saiba, a única candidatura preparada era a do João Soares, que se tinha apresentado como candidato em Março.

## Quer isso dizer que permaneceu leal à liderança de Ferro Rodrigues até ao fim?

Com certeza. Fui sempre solidário com o Ferro Rodrigues, mesmo nos momentos mais difíceis que ele passou à frente do PS. E não me refiro só ao facto de ter permanecido sempre no Secretariado — onde, aliás, disse sempre o que tinha a dizer, com toda a frontalidade, o que também é uma forma de ser leal. Refiro-me, igualmente, às muitas intervenções públicas que nunca deixei de fazer quando foi preciso, no partido, no Parlamento e na comunicação social.

## Então só tomou a decisão de se candidatar quando Ferro Rodrigues se demitiu?

Não, nem nessa altura. A demissão de Ferro Rodrigues, que eu compreendo, foi uma surpresa para mim, como para quase todos os dirigentes do PS. A minha opção imediata foi tentar convencer o António Vitorino a candidatar-se. E foi isso que fiz, em privado e em público. Essa é que é a verdade histórica que todos os militantes do PS conhecem, bem diferente da que alguns querem agora decretar, "diga eu o que disser". Não faz grande sentido dizer-se que eu tinha a minha candidatura preparada, quando todo o País sabe que declarei publicamente o meu apoio a outro candidato! A verdade é que só tomei a decisão de avançar depois da recusa do António Vitorino. Acho, aliás, que se não tivesse avançado nesse momento estariam agora a acusar-me de cobardia, tacticismo ou calculismo. Mas não é o caso. Estou aqui, pronto para o que der e vier.



## Como é que explica então o apoio imediato de tantos dirigentes e militantes do PS?

Da mesma forma que explicaria o apoio, que seria certamente massivo e imediato, ao António Vitorino, sem que ele tivesse andado a preparar candidatura nenhuma! O que se passa é uma coisa muito simples: há muitos dirigentes e militantes que entendem que eu sou, neste momento, a melhor opção para o PS. É apenas isto. Às vezes fico com a ideia de que os meus adversários estão tão convencidos da superioridade das suas candidaturas que se acham credores naturais de um grande apoio no PS. Talvez seja por isso que se lançam desesperadamente à procura de explicações sinistras e absurdas para um tão grande apoio à minha candidatura. O raciocínio parece ser: "se eu sou tão bom, como é possível que tantos militantes apoiem outro? Alguma coisa tem de estar a funcionar mal no PS". E depois vem a conversa do "aparelho" e dos "interesses". A certa altura até parecia que se eles não tivessem muitos votos só podia ser porque alguém lhes teria roubado...

## As suspeições sobre a transparência das eleições no PS mancharam a imagem do partido?

Foi um momento mau desta campanha e certamente não trouxe nada de bom para a imagem do PS. Como tenho dito, essas suspeições são injustas, infundadas e indignas da história democrática do Partido Socialista. Os problemas ou as dúvidas que possam existir devem ser resolvidos nos órgãos

próprios, designadamente junto da Comissão Organizadora do Congresso. Com os incidentes e suspeições ninguém tem nada a ganhar e o PS tem muito a perder. Espero que essa seja uma página definitivamente virada nesta campanha.

## Há medo no PS?

Pelo contrário, há muito tempo que não havia no PS um debate tão livre, tão franco e tão aberto. O País e o partido são testemunhas disso. Acho lamentável que esta lição de democracia que o PS tem agora oportunidade de dar ao País seja manchada por atoardas vindas do interior do próprio PS. Mas a teoria do medo não é apenas absolutamente infundada. É também demasiado disparatada para ser verdade. Se bem percebo, o mecanismo seria este: os militantes estariam a ser alvo de horribes ameaças para serem "forçados" a votar em mim. Sucede que para sustentar esta ideia não faltam apenas os factos, absolutamente inexistentes. Falta também um mínimo de lógica. Na verdade, é preciso lembrar que o voto é secreto. Ora, toda a gente sabe que quando o voto é secreto ninguém pode ser "forçado" a votar seja em quem for. Nada disso faz sentido.

## Já disse publicamente que o único medo que conhece no PS é o dos candidatos que receiam perder...

A única explicação que encontro para muito do que se tem dito é a tentativa de antecipar desculpas para eventuais derrotas eleitorais. Não se trata

propriamente de ter medo de perder, mas sim de não querer perder sem uma "boa" desculpa. E desculpas antecipadas não têm faltado: do roubo dos votos, ao medo; do apoio do aparelho às candidaturas preparadas; do pagamento das quotas à previsível abstenção... tudo tem servido.

## Este não é, então, um "combate desigual"?

Obviamente que não. Os três candidatos estão em perfeita igualdade de condições para concorrerem entre si. Nessa matéria, ninguém está em vantagem ou em desvantagem. Evidentemente, nem todos terão obtido os mesmos apoios, de dirigentes nacionais e locais, ou de militantes. Como nem todos conseguiram o mesmo número de assinaturas para as suas candidaturas ou são capazes de reunir um número idêntico de militantes nas acções de campanha. E também é certo que nem todos terão, no final, o mesmo número de votos. Mas isso não é desigualdade. É democracia!

## Há quem diga, também, que não há debate nesta campanha...

Vamos lá a ver. Em primeiro lugar, eu nunca recusei a existência de debates entre os três candidatos. Pelo contrário, até fui eu que propus um primeiro quadro de debates. Acabámos por agendar cinco debates públicos entre os três candidatos, quatro deles com a comunicação social, sendo um na SIC e outro na TSF. Pode dizer-se tudo, menos que não tem havido debate nesta campanha! Depois de tudo o que se tem visto na comunicação social, acho mesmo essa observação um pouco ridícula... Mas, é claro, estamos num País livre: nada impede os candidatos de chegarem ao quinto debate a dizer que não houve debates!

## E porque é que não aceitou debates a dois, como a SIC Notícias propôs?

É uma questão de modelo. Nós só somos três candidatos, não somos cinco, nem dez. É perfeitamente possível debater a três, como temos feito. E a verdade é que nesses debates acabamos todos por estar frente a frente, surgindo naturalmente algumas polémicas bilaterais. Mas também é preciso dizer que a hipótese de debates a dois foi sugerida pela SIC Notícias no contexto de uma proposta que muita gente desconhece. Na verdade, a SIC Notícias fez uma primeira ronda de entrevistas individuais com os três candidatos (logo no início da campanha) e pretendia fazer não só uma segunda ronda de entrevistas individuais com os três candidatos, como mais um debate a três e, além disso, ainda mais três debates a dois! Ou seja, por junto, a SIC Notícias pretendia ter dez (!) espaços com os candidatos. Ora, isto não é escolher um modelo, é escolhê-los a todos! É óbvio que não podia ser. Sinceramente, acho que o modelo dos debates a três é perfeitamente adequado quando só há três candidaturas.

# MA ALTERNATIVA



## Falemos agora das suas ideias e das suas propostas. Qual deve ser a prioridade do PS?

Acho que a principal tarefa do PS é apresentar uma alternativa credível para governar Portugal. Temos de fazer oposição, certamente. E uma oposição mais enérgica e eficaz. Mas temos também de apresentar uma alternativa, em torno de um projecto político mobilizador. Só assim poderemos merecer a confiança dos portugueses.

## E que projecto deve ser esse?

Em primeiro lugar, uma alternativa económica orientada para o crescimento e o emprego. Para isso, é preciso enfrentar as causas estruturais do nosso atraso, nos domínios do conhecimento e da qualificação das pessoas (ciência, educação, formação profissional e cultura); da inovação, da qualidade e do progresso tecnológico e, muito em especial, das tecnologias da informação. Por isso, lancei a ideia de um plano tecnológico. Em segundo lugar, a defesa da esfera pública e da qualidade dos serviços públicos, bem como de uma nova geração de políticas sociais, que atenda à prevenção dos riscos sociais, que promova a empregabilidade e a inclusão, que apoie mais as famílias. Em terceiro lugar, apostar nas políticas de modernidade, valorizando a qualidade de vida: o ambiente, a política de cidades, a defesa do consumidor. Eis algumas das ideias centrais.

## Mas isso ainda não é um Programa de

## Governo...

Claro que não, nem deve ser. O momento é de apresentar uma visão política. O Programa de Governo, com um enunciado de medidas concretas, deve surgir na sequência da dinâmica dos novos Estados Gerais e aproveitando o trabalho do Gabinete de Estudos.

## É a abertura do PS, de que tem falado...?

Exacto. Aliás, todos os candidatos têm sublinhado a necessidade dessa abertura.

## Mas os outros não querem que os Estados Gerais sejam uma acontecimento pontual?

Nem eu. Por isso falo em retomar o espírito dos Estados Gerais e numa dinâmica prolongada no tempo, uma nova forma do PS estar na sociedade portuguesa.

## E o que entende por renovação do PS?

Renovar é rever as formas de funcionamento interno e de comunicação do partido. Mas é também um rejuvenescimento gradual dos protagonistas. Não se trata de um conflito de gerações, mas de estimular a emergência de novos dirigentes, aos diversos níveis. Há muita gente com valor que espera que o partido lhe dê oportunidades. Todos teremos a ganhar com isso.

## O que é que distingue a sua candidatura das demais?

A minha candidatura define-se como uma

candidatura representativa de uma esquerda moderna, fiel aos valores e aos princípios do PS. Uma esquerda orgulhosa da história do PS mas aberta à renovação das ideias e das propostas políticas, de modo a responder aos novos desafios do nosso tempo. Mas as diferenças mais sensíveis entre as três candidaturas prendem-se com a estratégia política.

## A questão das alianças...?

Não só. Em primeiro lugar, acho que o PS deve manter a sua tradição inter-classista e falar para todos os portugueses, enquanto o Manuel Alegre fala de destinatários preferenciais da mensagem do PS, naquilo que me parece ser o regresso a uma lógica de classe, revista e actualizada. Aliás, ele chegou a declarar no debate do Altis que a luta de classes era de novo uma realidade em Portugal. Em segundo lugar, a questão da candidatura a Primeiro-Ministro. Eu defendo uma clarificação das escolhas do PS, dando a voz aos militantes, outros preferem adiar o problema, remetendo para a Comissão Política ou para 2006 e fragilizando com isso a oposição do PS. Em terceiro lugar, a questão das alianças. Eu acho que não basta dizer que queremos a maioria absoluta, é preciso começar já a fazer por ela. É por isso que acho um erro anunciar negociações pós-eleitorais à esquerda, porque isso prejudica a margem de manobra do PS e enfraquece as condições de captação do voto útil.

## Este debate interno não vai provocar divisões

## profundas no PS?

Espero bem que não. Tenho-me esforçado por sublinhar a ampla zona de convergência entre as três candidaturas: a crítica ao Governo, a necessidade de renovação e abertura do PS, a urgência de uma renovação das propostas do socialismo democrático e, até, a adesão às ideias subjacentes ao plano tecnológico. Se ganhar, trabalharei para a unidade do partido. Mas uma coisa é a unidade, outra o unanimismo.

## Porque é que defende um novo referendo sobre a questão do aborto?

Não me conformo com o aborto clandestino e sempre fui a favor da despenalização da interrupção voluntária da gravidez, nos termos da proposta do PS e da JS. Fiz campanha pelo "sim" no referendo. Mas a verdade é que o "sim" perdeu e é preciso respeitar a vontade popular. Em princípio, uma decisão fundada num referendo só deve ser alterada com base noutra referendo. Por isso defendi a petição entregue na Assembleia por dezenas de milhares de pessoas solicitando a marcação de um novo referendo. Acho que seria o fim da credibilidade dos referendos e um péssimo sinal para a democracia que a Assembleia fosse agora legislar em sentido contrário ao resultado do referendo. Isso seria oferecer aos partidários do "não" e aos indecisos um forte argumento processual. Além disso, queremos uma alteração duradoura da lei e não uma modificação que fique ao sabor das maiorias conjunturais no Parlamento. Por estas razões proponho um novo referendo e acredito que o "sim" pode ganhar. Pela minha parte, farei por isso.

## Acusam a sua Moção de não assumir a palavra paridade...

A minha Moção é a única que declara assumir por inteiro a Declaração de Princípios do PS. E a paridade, como todos os candidatos deviam saber, é um princípio que consta expressamente dessa Declaração. Portanto, nesta matéria as palavras não nos dividem e julgo que as ideias também não. Todos concordamos que há muito a fazer pela igualdade de género e por isso esses problemas são tratados na minha Moção como questões a que o PS deve dar mais atenção. Não me satisfaço com proclamações de igualdade na lei, quando na vida há coisas que continuam na mesma ou não mudaram o suficiente. É nesse sentido que a minha Moção fala de uma emancipação inacabada: a verdade é que há direitos conquistados no processo de emancipação da mulher que ainda não têm plena aplicação prática. Não creio que a simples consagração legal tenha resolvido os problemas todos. É por isso que há uma luta inacabada. Polémicas eleitoralistas à parte, não acredito que haja alguém no PS que discorde disto.

## O que é para si um bom resultado nestas eleições?

Em democracia, há coisas que nunca mudam. Um bom resultado é ter a maioria dos votos, é ganhar.

Esquerda  
Moderna  
José Sócrates



# UM PLANO TECNOLÓGICO PARA UMA ALTERNATIVA



**José Sócrates**

in Diário de Notícias  
04-08-2004

1. Portugal tem pela frente um duplo desafio: crescer mais, para se aproximar dos níveis de vida dos países mais desenvolvidos da Europa e reduzir as desigualdades, promovendo uma sociedade mais inclusiva, com mais oportunidades para todos. Importa enfrentar estes desafios com seriedade, para podermos retomar o rumo de uma convergência sustentada.
  2. A escolha do Governo foi apostar tudo numa agenda financeira e orçamental. O insucesso está à vista: o deficit real aumentou e o desemprego disparou. Sem dúvida que precisamos de estabilidade e verdadeiro rigor orçamental, que não se confunda com operações de engenharia financeira. Mas não acredito que uma doentia obsessão com o deficit possa conduzir a outra coisa senão a uma prolongada recessão como a que tivemos, sobretudo quando acompanhada por uma desastrosa manipulação das expectativas.
  3. Precisamos de uma nova agenda que não se engane nas prioridades: o nosso problema está na economia. É minha convicção que para podermos dar um salto qualitativo que nos liberte deste ciclo vicioso de baixo crescimento, poucas oportunidades e desigualdade social, temos de enfrentar as causas estruturais do nosso atraso nos domínios da qualificação dos recursos humanos e da tecnologia. Por isso, a minha proposta para uma convergência real sustentada é lançar um plano tecnológico. Vejo este plano tecnológico como um novo e decisivo impulso em torno do objectivo de operar a mudança de uma economia assente em salários baixos e recursos humanos com escassa qualificação, para uma economia alimentada pelo progresso tecnológico, com base em recursos mais qualificados e, consequentemente, melhor remunerados. Não nos basta assumir a Estratégia de Lisboa, nos termos em que é proposta a todos os parceiros Europeus.
  4. Na primeira linha do plano tecnológico de que o País precisa está o conhecimento. A melhoria das qualificações é, necessariamente, o primeiro pilar de uma renovada aposta no progresso tecnológico. É absolutamente vital a melhoria do sistema de educação e de formação e o seu ajustamento a uma estratégia lúcida e ambiciosa para a competitividade. Quanto mais baixa é a qualificação dos recursos humanos, maior é a tendência para se instalem actividades com baixa componente tecnológica, sobretudo quando as novas tecnologias reclamam elevadas competências. Por isso o investimento directo estrangeiro não vai, só por si, resolver o problema do nosso atraso estrutural. Temos de fazer o trabalho de casa: antecipar a introdução do inglês como língua obrigatória no percurso escolar; lançar um programa consequente para superar os bloqueios na aprendizagem do português e da matemática; desenvolver medidas sérias de combate ao abandono escolar; implementar um programa de informatização generalizada das escolas; aumentar e redireccionar o investimento em investigação e desenvolvimento; apoiar e estimular verdadeiramente a comunidade científica nacional; promover o aumento da taxa de licenciados em ciências exactas; reforçar e reorientar os programas de formação profissional; apoiar o desenvolvimento de Escolas profissionais de excelência, sobretudo nas áreas em que temos vantagens competitivas – eis algumas das vertentes prioritárias de um ambicioso Plano Tecnológico.
  5. Mas há outras dimensões a valorizar, como as tecnologias de informação. O número de famílias com ligação à Internet é em Portugal inferior ao de diversos Países do alargamento.
- Precisamos de apostar mais forte, dando um impulso acrescido que nos permita recuperar o atraso e convergir.
- Precisamos, por isso, de um programa de informatização acelerada do País, com estímulo ao investimento das famílias e das empresas, em particular as decisivas PME's, sobretudo as vocacionadas para o comércio externo. Por outro lado, temos de fazer apostas mais decididas nos sectores em que temos uma vantagem competitiva ou maior potencial de crescimento nos mercados externos, apoiar a internacionalização dos grupos portugueses e estimular o investimento tecnológico e a qualificação ambiental. Neste contexto, papel importante deverá ter o apoio a centros de excelência, designadamente centros tecnológicos para a promoção de sinergias entre as universidades e as empresas. Penso que só uma melhoria consistente na qualificação, na qualidade e na inovação permitirá a afirmação da nossa economia.
6. Um plano tecnológico: eis a proposta de uma esquerda moderna para uma alternativa económica. Vejo este plano tecnológico como uma nova agenda para a nossa economia, um projecto capaz de animar um movimento de mudança, de modernização e de mobilização das energias nacionais. É para o desenvolvimento de um programa que dê seguimento a esta visão que devemos convocar o que há de melhor na sociedade portuguesa, das universidades, ao mundo empresarial. Sublinho: um plano tecnológico não é um truque de magia que aspire a transformar a nossa sociedade e a nossa economia da noite para o dia. É um processo de mobilização colectiva para a concretização de uma agenda de progresso, voltada para o futuro e inspirada por uma visão de médio prazo. Mas é minha convicção que se formos capazes de mobilizar a sociedade portuguesa para o desígnio nacional de um ambicioso salto qualitativo, então poderemos andar mais depressa. E uma coisa é certa: demoraremos muito mais se não fizermos nada.

## AGENDA DE CAMPANHA

<b>15 Setembro</b>	<b>LISBOA</b> 19:00 – Odivelas – Encontro c/ militantes no Pavilhão Polivalente 21:30 – Loures – Encontro c/ militantes no antigo cinema dos bombeiros	<b>20 Setembro</b>	<b>AVEIRO E BRAGA</b> 13:00 – Almoço c/ dirigentes locais em Santa Maria da Feira 15:30 – Visita à Câmara Municipal de Arouca 20:00 – Jantar com militantes em Famalicão
<b>16 Setembro</b>	<b>LEIRIA</b> 13:00 – Almoço com dirigentes do Sul do Distrito no restaurante "A Lareira" 21:00 – Sessão de esclarecimento no auditório do IPJ	<b>21 Setembro</b>	22:30 – Debate na SIC-Notícias
<b>17 Setembro</b>	<b>CASTELO BRANCO</b> 20:00h – Covilhã – Jantar com militantes no Pavilhão da ANIL	<b>22 Setembro</b>	<b>BRAGA</b> 12:30 – Visita à Câmara Municipal de Amares 14:30 – Encontro com militantes em Vila Verde 20:00 – Jantar com militantes em Guimarães 21:30 – Comício em Braga
<b>18 Setembro</b>	<b>PORTO E AVEIRO</b> 13:00 – Almoço c/ Militantes no Palácio de Cristal, no Porto 16:00 – Debate c/ os três candidatos, no Porto 20:00 – Jantar com militantes no Pavilhão de Feiras e Exposições, em Aveiro	<b>23 Setembro</b>	<b>LISBOA</b> 18:30 – Sessão de esclarecimento em Oeiras
<b>19 Setembro</b>	<b>LISBOA</b> 13:00 – Almoço c/ Jovens Quadros no restaurante FIL na Expo 21:00 – Jantar em Sintra, no antigo Mercado de Algalva		

**Esquerda  
Moderna**  
José Sócrates





# DEPOIMENTOS DE APOIO



## Alberto Arons de Carvalho

Apoio a José Sócrates porque respeita o passado do PS, não teme a palavra socialismo, sabe o que quer para o partido e para o país, é bastante combativo e suficientemente teimoso, e ainda porque saberá renovar a direcção do PS aproveitando o que de melhor têm as gerações mais novas. Finalmente, porque é o melhor dos candidatos não só para dirigir o PS como um Governo do PS.



## Alberto Costa

José Sócrates foi um dos elementos mais dinâmicos da equipa que respondeu por uma alternativa vitoriosa ao PSD do Cavaco...

José Sócrates foi um dos elementos mais dinâmicos da equipa que respondeu por uma alternativa vitoriosa ao PSD do Cavaco.

no PSD do Cavaco. No governo, actuou com espírito de missão, deixando marcas inovadoras nas áreas por onde passou.

Tendo sido seu colega durante uma década na direcção do PS, estou convicto de que Sócrates reúne hoje os melhores requisitos e o potencial necessário para fazer do PS a alternativa moderna de que Portugal precisa.



## Amélia Antunes

Apoio José Sócrates porque assume e defende a identidade e história do PS, bem como os compromissos e desafios do desenvolvimento sustentável e da solidariedade.



## Ascenso Simões

Muitos portugueses estão divorciados desta política. A relação entre eleitos e eleitores está, progressivamente, em causa. Estas são razões mais do que suficientes para que o PS se obrigue a eleger, para a sua liderança, alguém que, com força, com

determinação e com vontade, seja o agregador, o mobilizador, o impulsor de uma alternativa credível e progressista. Mais do que o PS, é PORTUGAL que necessita de uma Esquerda Moderna à medida dos nossos tempos. José Sócrates é o primeiro neste combate.



## Capoulas Santos

Obviamente ... Apoio José Sócrates

- Porque quero continuar a pertencer a um PS inequivocamente de esquerda, credível e responsável, com vocação de poder, mas que, quando na oposição, seja permanentemente reconhecido pelos portugueses como a sua alternativa real de governo;

- Porque quero continuar a rever-me num PS orgulhoso da sua história mas com a lucidez suficiente para aprender com os seus erros e saber dotar-se, em cada momento histórico, da prática política e dos protagonistas melhor capazes para enfrentar com êxito os desafios que os novos tempos lhe colocam.

- Porque acredito que os valores intemporais da justiça, da liberdade, da solidariedade e da participação democrática que enformam o ideário do socialismo democrático, devem constituir a inspiração constante de um projecto político que tenha como preocupação central a melhoria das condições de vida dos portugueses e não apenas para serem gongóricamente proclamados enquanto a direita governa.

- Porque recuso com veemência, a irresponsabilidade e a demagogia, as maiores ameaças para a democracia que, apesar das suas imperfeições, é seguramente o melhor sistema político que os portugueses até hoje conheceram.

- Porque é precisa uma urgente alternativa política capaz de devolver esperança e a auto-estima aos portugueses e de reconduzir o país aos caminhos do desenvolvimento e da coesão económica, social e territorial, infelizmente interrompidos ou adiados em 2002.

- Porque só concebo o PS estrategicamente autónomo, capaz de atrair o eleitorado de esquerda e os sectores mais dinâmicos da sociedade portuguesa em torno de um projecto de mudança realista e mobilizador.

Um PS estrategicamente prisioneiro daqueles que sempre tiveram como principal objectivo a sua destruição, para além de um suicídio político, conduziria, pura e simplesmente, à eternização da direita no poder.

Se outras razões não houvessem, e muitas outras há certamente, estas são mais do que suficientes para que eu próprio e, estou certo, a esmagadora maioria dos socialistas, apoiemos, OBVIAMENTE... JOSÉ SÓCRATES para Secretário-Geral do PS e candidato a Primeiro-ministro.

Para bem do PS e para bem de PORTUGAL.



## Ceia da Silva

Vive-se hoje momentos de inoportuna bipolarização e dicotomia direita/esquerda.

Tenho a felicidade de conhecer o José Sócrates há muitos anos e posso dizer que quer no seu exercício governativo, quer o José Sócrates da "cidade feliz"

de há 15 anos, é claramente aquele que sonha e luta por uma sociedade mais justa, onde a esquerda se possa afirmar nos seus principais valores. Por isso, pelo que demonstrastes na praxis política, és o meu secretário-geral e futuro primeiro-ministro.



## Henrique Troncho

Apoio com entusiasmo e convicção a candidatura de José Sócrates a Secretário-Geral do PS por quatro razões fundamentais:

1 - José Sócrates é um homem de causas e as causas em que acredita são as mesmas que me tornaram socialista militante;

2 - José Sócrates provou, enquanto governante, ter ideias, projectos e programas e não desistiu de os implementar face às dificuldades ou aos lobbies organizados, demonstrando inequívoca capacidade de liderança;

3 - José Sócrates demonstra, na oposição, como se faz política com presença, capacidade de argumentação e conhecimento dos diversos dossiers em discussão;

4 - José Sócrates integrou um Governo que fez mais pelo Alentejo em seis anos que todos os outros juntos desde o 25 de Abril.



## Idália Moniz

José Sócrates mostrou-nos, enquanto responsável político do Partido Socialista, que as causas à partida difíceis de conquistar podem ser ganhas se integradas em estratégias bem definidas, credivelmente sustentadas e, sobretudo, defendidas com firmeza, determinação e competência.

Considero que a participação activa na vida política só tem sentido quando desempenhada com frontalidade, empenho e com uma forte vontade de servir a causa pública, na defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos. José Sócrates mostrou-nos, enquanto responsável político do Partido Socialista, que as causas à partida difíceis de conquistar podem ser ganhas se integradas em estratégias bem definidas, credivelmente sustentadas e, sobretudo, defendidas com firmeza, determinação e competência.

Estou por isso certa de que, na qualidade de futuro Secretário-Geral do Partido Socialista, José Sócrates manterá estas mesmas características, firmadas num profundo respeito pela História do Partido e numa vontade inabalável de modernizar as suas estruturas, promovendo a participação activa e igualitária dos militantes, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida de todos os Portugueses.

É por tudo isto que confio em José Sócrates para que conduza o Partido Socialista à vitória nos próximos actos eleitorais.



## Jacinto Serrão

Os Portugueses querem, Portugal precisa e o PS merece José Sócrates como Secretário Geral, para devolver aos Portugueses a ambição, a auto-estima e a esperança no Futuro.



## Joaquim Raposo

Apoio o camarada José Sócrates porque é um socialista de profundas convicções políticas que melhor defende os valores da esquerda moderna. Como candidato a Secretário Geral do Partido Socialista é o mais bem colocado para travar os

combates do futuro contra a direita liberal e populista. Com a sua experiência política e as preocupações sociais que sempre manifestou no exercício dos cargos que desempenhou, José Sócrates será, certamente, um bom primeiro ministro, conduzindo Portugal para os novos caminhos da modernidade, do desenvolvimento económico e justiça social.



## Joel Hasse Ferreira

Apoio José Sócrates para secretário-geral do PS porque: tem as características fundamentais de um "leader" político, nomeadamente a capacidade de decisão oportuna, com a coragem necessária, confrontando as resistências que se lhe oponham.

Para além disso, tem a capacidade de intervir de forma bem preparada com fluência e vigor em debates e a de mobilizar vontades políticas e sociais para alcançar objectivos.

José Sócrates dispõe de uma sólida experiência e conhecimentos, nomeadamente nas áreas do ambiente e do ordenamento do território, para além de uma excelente preparação e capacidade de intervenção nas áreas da política global. Tem uma experiência governativa assinalável, brilhante e bem exercida. Por isso merece um elevadíssimo crédito de confiança política e pessoal.



## José Apolinário

A eleição de José Sócrates para Secretário-Geral é o melhor contributo que os militantes socialistas podem dar para fazer avançar o projecto do Partido Socialista.

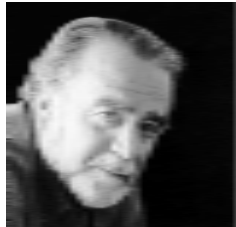
No último Congresso Nacional, fora do ciclo eleitoral, o PS procedeu à actualização da sua Declaração de Princípios. No contexto deste Congresso o PS é chamado a pronunciar-se sobre uma proposta de projecto político e, sobretudo, escolher uma estratégia e os protagonistas que de novo façam avançar o projecto PS. Uma estratégia e protagonistas que levem o PS à vitória em nome de um projecto e de uma alternativa.

A primeira fase deste debate tem levado alguns camaradas a reabrir a discussão em torno de temas que integram a versão actualizada da nossa Declaração de Princípios. Sendo salutar um espírito de debate permanente e de sufrágio sobre as nossas convicções e causas, porque tal exercício reforça as nossas próprias convicções, a verdade porém é que os socialistas e os portugueses esperam do PS uma alternativa que fiel aos nossos princípios, com projecto e causas possa corresponder na acção a uma política alternativa e a outro Governo.

Não está em causa a identidade histórica do projecto PS, nem o contributo que muitos e muitos socialistas, das mais diversas gerações, deram para o projecto PS. O que está em causa é uma escolha para a acção, no quadro do projecto do Partido Socialista.

No passado mais recente José Sócrates contribuiu para a afirmação do projecto PS, em particular nas políticas do ambiente e ordenamento do território, das cidades e dos consumidores, deixando num projecto liderado por António Guterres uma marca PS nestas áreas de intervenção política.

Neste contexto, o presente debate demonstra diariamente que, nas propostas, na determinação, na capacidade de decisão, na presença pública, no projecto e na estratégia que apresenta aos socialistas e ao País, José Sócrates é quem está em melhores condições para fazer avançar o projecto do PS em nome de uma esquerda ao ritmo do nosso tempo.



# MAIS IGUALDADE MELHOR DEMOCRACIA MANUEL ALEGRE



MANUEL ALEGRE EM ENTREVISTA À SIC NOTÍCIAS, 8 DE SETEMBRO

## “SE FOR ESSA A VONTADE DOS SOCIALISTAS, SEREI CANDIDATO A PRIMEIRO-MINISTRO”

**“O centro sociológico existe, há um eleitorado flutuante, mas acho que o centro político não existe. Há um centro que vai atrás das dinâmicas de vitória. A tentação centrista muitas vezes é um álibi para as derivas direitistas dos partidos da esquerda”, afirmou Manuel Alegre em entrevista à SIC Notícias. E acrescentou:**

**“Os partidos têm os seus eleitorados naturais. Os partidos social-democratas nórdicos, que eu aprecio muito, têm um entendimento muito grande com os sindicatos, mas depois fazem a concertação social com as entidades patronais”.**

“Sou um grande partidário da concertação social, mas eu não falo com sobrançeria das classes médias empobrecidas, que existem, ou dos trabalhadores, não esqueço a origem do Partido Socialista. Mas também não esqueço que há empresários que é preciso estimular a criar riqueza no país. É possível falar para todos”.

Quanto ao papel do Estado, o candidato reafirmou: “O meu projecto é o Estado a ter uma posição estratégica e a estimular a criação de riqueza através das empresas. Mas também uma responsabilidade social e um reforço dar concertação social.”

Questionado sobre a sua eventual candidatura a Primeiro-Ministro, Manuel Alegre esclareceu:

“O Partido Socialista deve fazer oposição ao Governo. Eu defendo uma cultura de poder, mas a cultura de poder no Partido Socialista deve incorporar a cultura do contrapoder e a consciência crítica, mesmo em relação à maneira como exerce a oposição e como



“O partido deve manter a sua autonomia”

exerce o poder quando lá está. Uma coisa é a cultura de poder, outra coisa é o governamentalismo que tem inquinado a vida portuguesa”. E explicou:

“O partido deve manter a sua autonomia. É uma das razões por que me candidato. Eu não faço deste congresso umas primárias para candidato a Primeiro-Ministro. Para mim a questão essencial é o projecto do Partido Socialista e o tipo de liderança. A questão

essencial é a autonomia do PS, mesmo em relação aos seus governos”.

Manuel Alegre não terminou a entrevista sem deixar bem claro o seguinte:

“Neste momento sou candidato a Secretário-Geral do Partido Socialista, que é o cargo mais importante da vida política portuguesa”, mas “se for essa a vontade dos socialistas, serei candidato a Primeiro-Ministro.”

MANUEL ALEGRE NO DEBATE NA FAUL, 6 DE SETEMBRO

## “O PS DEVE DIRIGIR-SE A TODOS, MAS EU NÃO ESQUEÇO AS ORIGENS DO PARTIDO”

Numa sala que foi pequena para acolher as cerca de mil pessoas que quiseram assistir ao vivo ao debate entre os três candidatos à liderança do PS, Manuel Alegre fez uma clara defesa das propostas políticas da sua moção e da estratégia que defende para o Partido Socialista. Ao longo do debate, em que intervieram jornalistas e militantes, foi possível salientar as diferenças que separam esta candidatura da de José Sócrates.

As principais diferenças foram:

- a posição face ao Código Laboral, que Manuel Alegre pretende rever, pois reduziu 70 por cento dos trabalhadores aos seus direitos mínimos e esvaziou o poder dos sindicatos, enquanto Sócrates não se refere sequer a ele;
- a posição perante a temática da igualdade de género e da paridade, que Manuel Alegre considera estruturantes e que Sócrates desvaloriza, preferindo falar em “emancipação da mulher”, termo que foi contestado numa das perguntas da sala.
- a posição face ao conjunto dos direitos sociais e à

própria natureza do Partido Socialista, com Manuel Alegre a afirmar que o PS deve dirigir-se a todos os portugueses, mas sublinhando que o PS nasceu historicamente do movimento dos trabalhadores e que não podemos esquecer as origens do partido. José Sócrates prefere dirigir-se “aos sectores mais dinâmicos da sociedade portuguesa”;

Para além destas diferenças também ficaram patentes posições distintas quanto à estratégia para construir uma alternativa ao governo da direita. Todos os candidatos afirmaram o desejo do conquistar para o PS uma maioria absoluta, mas enquanto José Sócrates se recusa a dizer o que fará se o PS não tiver maioria absoluta, Manuel Alegre defende com clareza a necessidade de assegurar a estabilidade à esquerda, devendo o PS negociar com os partidos à sua esquerda, caso não tenha maioria absoluta. “Não podemos voltar a ter queijos limianos, nem maiorias flutuantes” afirmou Manuel Alegre.

Finalmente, quanto às mudanças a levar a cabo no PS, Manuel Alegre foi incisivo. “O PS tem de voltar a

ser o motor das transformações necessárias em Portugal”.

### A palavra aparelho não é pejorativa

Manuel Alegre garantiu, no debate na TSF com os outros candidatos, realizado em 10 de Setembro, que se for eleito secretário-geral do PS vai trabalhar para que o partido volte a ser “o motor das transformações em Portugal”.

“É muito importante ganhar o Governo, mas é preciso ter uma estratégia clara e saber para quê, ter força na sociedade, porque se pode ter o Governo e não ter força suficiente para tirar a direita do poder, que não é só o PSD e o PP, é a direita dos interesses, a mediática”, adiantou.

“Este combate é desigual”, referiu Manuel Alegre. O dirigente socialista considera que “a palavra aparelho não é pejorativa”, mas a maneira como apareceu a candidatura de José Sócrates resulta de “lógicas aparelhísticas”.

## UMA CARTA E UM POEMA PARA MANUEL ALEGRE

Lisboa, 9 de Setembro de 2004

Manuel Alegre

Para mim tu sempre foste o poeta da liberdade e da coragem da nossa geração. Aquele que transporta, guardando consigo o voo da poesia, o sonho e a navegação da esperança, mantendo no lugar do coração um veemente desejo de igualdade, e um sentido de lealdade e de irmandade fraterna, que nunca vi por ti serem desmentidos.

Por isso hoje, tal como nos dias em que aprendi a conhecer-te, lendo os teus poemas de luz obstinada e de resistência, tecidos um por um com a pena da sensibilidade burilada e da bandeira do entusiasmo, estou a teu lado, confiando. Sei que és um homem de palavra e das palavras, que persistentemente luta por manter intacta a verticalidade, a grandeza e a urgência de se ser livre. Com a coerência e a frontalidade que deve cuidar de ter a esquerda portuguesa.

## PORQUE

Porque és um homem de luta e de palavra

Um poeta do sonho e de fulgores.

Porque és um homem de honra e desafios

Um poeta de causas e rigores.

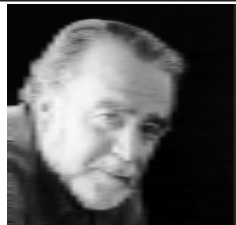
Porque és um homem de coerência intacta

Um poeta que escreve a igualdade.

Porque és um homem da vida e da esperança

Um poeta que canta a liberdade.

Maria Teresa Horta



# MAIS IGUALDADE MELHOR DEMOCRACIA MANUEL ALEGRE



## PROPOSTAS CONCRETAS QUE CONSTAM DA MOÇÃO "MAIS IGUALDADE, MELHOR DEMOCRACIA"

### I. No plano da modernização

#### do socialismo e da democracia:

- o conceito de Estado Estratégico
- o novo idealismo democrático
- a defesa da liberdade de investigação nas ciências biomédicas
- o novo contrato social
- a posição face à globalização
- o conceito de "doença do território" no quadro de um novo pacto ambiental

### II. No plano da modernização do PS:

- os Conselhos de Opinião permanentes
- as eleições primárias para escolha dos candidatos
- interiorizar a prática da paridade entre homens e mulheres
- organizar a vida partidária de acordo com as necessidades de conciliação da vida familiar
- a abertura dos Gabinetes de Estudos a ONG
- novas soluções, de tipo colegial, para a liderança do PS
- Declarações de Interesse de todos os eleitos para cargos executivos
- o Fundo de Solidariedade

### III. Nos 12 pontos para a modernização de Portugal:

#### 1 - Preservar a identidade e a autonomia nacional

- uma posição clara perante a política de privatizações
- a aposta na imigração como oportunidade de desenvolvimento

#### 2 - Uma visão de Portugal no mundo

- a concepção de Portugal com actor global

#### 3 - Mudar o que faz mudar

- o conceito de "capital social" das pessoas como chave para "mudar o que faz mudar"
- a defesa da segunda oportunidade em educação como um novo direito social
- a defesa de medidas para desbloquear a entrada dos jovens na vida adulta
- o conceito de desporto como algo que faz mudar e ensina a ter atitudes ganhadoras

#### 4 - Desbloquear a inovação e a produtividade

- o Estado estratega entendido também como Estado da inovação
- a concepção da inovação como um processo transversal à sociedade e ao Estado

#### 5 - Construir uma nova estratégia de desenvolvimento

- a importância dada ao "como se faz" (mudar o que faz mudar e políticas integradas)
- a transformação do nosso perfil produtivo
- a valorização dos nossos pontos fortes

#### 6- propor uma nova política de finanças públicas

- o novo conceito de orçamento plurianual

- a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento
- a fiscalidade verde
- a competitividade fiscal para o investimento privado estruturante (em ligação com o Estado estratega)
- a revisão da lei das finanças locais

#### 7- restaurar a credibilidade do Estado

- um novo paradigma de organização em toda a Administração Pública
- a introdução de uma cultura de prestação de contas em toda a Administração Pública, incluindo a Justiça

#### 8- melhorar a qualidade da democracia

- o princípio da paridade no acesso aos cargos políticos
- a reabertura do dossier da regionalização e da descentralização

#### 9- conceber um novo ciclo de políticas sociais

- a defesa do novo pleno emprego
- o tema da formação contínua e da preparação antecipada das mudanças como tema da concertação social da futuro
- a revisão da lei de Bases da Segurança Social
- o seguro público obrigatório para perda de rendimento temporário, assegurado pelo Estado a jovens sem primeiro emprego
- a indemnização obrigatória às famílias, por parte da entidade patronal, em caso de acidente de trabalho mortal
- o mínimo vital de sobrevivência para idosos
- a defesa do SNS público como património do PS e da prioridade dos ganhos em saúde sobre os ganhos económicos
- a defesa do acesso à saúde reprodutiva no SNS, incluindo a revisão da lei da IVG

#### 10- defender uma visão alargada da segurança

- medidas a nível global contra as novas formas de insegurança (ambiental, alimentar, terrorismo, catástrofes, etc.)

#### 11- exigir uma nova equação de responsabilidades no mundo do trabalho

- papel do Estado e da comunidade na assunção dos custos sociais das transformações do mundo de trabalho provocadas pela globalização
- combate às desigualdades de género e medidas de conciliação da vida profissional e privada
- apoio aos jovens contra a precarização

#### 12- lutar por uma ordem internacional mais justa

- um lugar autónomo para a UE no Conselho de Segurança das Nações Unidas
- uma Cimeira Intercontinental da Internacional Socialista sobre a reforma da ONU

### IV. No plano da nova governabilidade à esquerda

- assumir com frontalidade a responsabilidade de construir a estabilidade governamental à esquerda

SEGUNDA FEIRA, DIA 20,  
NA SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES,  
NA R. DUQUE DE LOULÉ, Nº 31, EM LISBOA, PELAS 18.30

## LANÇAMENTO DE CD COM POEMAS DE MANUEL ALEGRE INTERPRETADOS OU CANTADOS POR



Adriano Correia de Oliveira  
Amália  
António Bernardino  
Carlos do Carmo  
Carlos Mendes  
Cristina Branco  
Francisco Fanhais  
Janita Salomé  
Linha da Frente  
Manuel Alegre  
Manuel Freire  
Mário Viegas  
Paulo de Carvalho  
Vitorino

O LANÇAMENTO SERÁ ACOMPANHADO  
POR UM ESPECTÁCULO DE MÚSICA AO VIVO  
ENTRADA LIVRE

16 DE SETEMBRO, 5ª FEIRA  
NO FÓRUM PICOAS EM LISBOA

DEBATE  
SOBRE O TEMA

## ECONOMIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Vídeo-conferência para Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Lisboa, Porto  
Videonet em [rtsp://rmédia.cidadevirtual.pt/encoder/op37751/livept.rm](http://rmédia.cidadevirtual.pt/encoder/op37751/livept.rm)

Caso algum cibernauta não tenha ainda instalado o "real player 8", pode fazer o respectivo download através da página pt da internet cujo endereço é o seguinte:

[www.ptcom.pt/servicos/videoconferencia.asp](http://www.ptcom.pt/servicos/videoconferencia.asp)

## ESTADOS GERAIS EM MOVIMENTO

A candidatura de Manuel Alegre anunciou que queria trazer de volta o espírito dos Estados Gerais, não como um ritual que se encerra em si próprio mas como uma atitude permanente de abertura do Partido Socialista.

Assim, já durante a campanha fizemos de todas as nossas acções espaços de debate abertos a militantes e não militantes. Por outro lado, organizámos Encontros Temáticos, dos quais já decorreram dois, como o Jantar da Igualdade, dedicado ao tema da igualdade de género e o Encontro "Cultura Viva". Nesta semana vamos

levar a cabo mais dois desses Encontros: um dedicado à Economia/ Ciência/ Tecnologia, que terá lugar no Fórum Picoas, com um modelo inovador de videoconferência em simultâneo para várias cidades do país; e outro sobre Questões de Desenvolvimento, organizado por Elisa Ferreira, no Porto.

O lançamento de um CD histórico, que reúne muitas das mais importantes vozes que cantaram ou declamaram poemas de Manuel Alegre, será uma ocasião para juntar à volta da sua obra nomes significativos do panorama musical português.



# MAIS IGUALDADE MELHOR DEMOCRACIA MANUEL ALEGRE



## ESTADO ESTRATEGIA

Jorge Bateira\*

Algumas declarações de Manuel Alegre como candidato à liderança do Partido Socialista têm sido entendidas como remetendo para os tempos do planeamento indicativo, em que o Estado detinha um importante sector produtivo e a política económica se revelava eficaz para estimular o crescimento e atenuar os ciclos económicos. Assim, o Público (6 Agosto/Destaque) achou saudável que se “temperem os velhos pergaminhos do socialismo com indispensáveis “atualizações” ou “modernizações” e, naturalmente, acabou por questionar cada candidato sobre “os sectores económicos que considera poder deixar de estar sob controlo do Estado”. Sendo este um tema crucial no debate em curso, de seguida tentarei mostrar que aquela leitura está informada por dicotomias do passado, o que a torna incapaz de entender o sentido inovador da referência a um “Estado estratega” feita por Manuel Alegre.

Antes de mais, é preciso esclarecer que os mercados são uma construção social, não resultaram de uma qualquer ordem natural. Como bem mostrou Karl Polanyi, é falsa a ideia de que ‘no princípio era o mercado’. Apenas os economistas de matriz ideológica neoliberal continuam a raciocinar como se fosse possível haver mercado sem intervenção pública. O chamado ‘mercado livre’ é sempre um mercado com alguma intervenção reguladora do Estado, por vezes uma intervenção tão consensual que passa despercebida.

São bem conhecidas as limitações dos mercados. Hoje muitos economistas assumem que, embora o mercado seja a forma preferencial (alguns diriam natural) de organização da economia, ele apresenta frequentemente falhas de funcionamento, ‘falhas de mercado’ que o Estado tem obrigação de corrigir. Para além da dificuldade em identificar com rigor tais falhas de mercado, tomando por referência um óptimo imaginário sem Estado, no fundo esta posição também não rompe com a ideologia liberal. Não percebendo que sem Estado não há mercado, para estes economistas a intervenção do Estado é ainda uma ‘impureza’, algo como um mal menor. Assim, quando alguns defendem a ‘desintervenção’ do Estado, na realidade

o que defendem é uma outra forma de intervenção que consideram ‘correcta’. O problema é que não existe uma intervenção correcta, a aplicar em qualquer tempo e lugar, como bem se deu conta Joseph Stiglitz com a sua experiência no Banco Mundial. Os mercados são instituições históricas que emergem de uma interacção social concreta envolvendo o próprio Estado. E, não sendo entidades cognitivas, também não tomam decisões sobre o futuro, não elaboram estratégias!

Por outro lado, importa reconhecer as limitações da intervenção do Estado na economia. De facto, a qualidade da relação do Estado com a economia está condicionada por vários factores, entre os quais: imprevisibilidade decorrente da mudança tecnológica; dificuldade em encontrar um nível de intervenção adequado para reduzir a incerteza do investimento; criação de efeitos perversos em algumas políticas. Em termos gerais, a crescente complexidade (leia-se: não linearidade das interdependências) das sociedades contemporâneas não permite que o Estado antecipe grande parte dos resultados das políticas públicas, a que acresce a progressiva interdependência à escala global. Esta evolução tem-se intensificado nas últimas décadas e, tendo em conta os problemas que suscita, exige uma reconsideração do papel do Estado em moldes que estão para além da velha dicotomia ‘Estado versus mercado’.

Consciente das limitações do mercado e do Estado, mas também assumindo a sua interdependência, Manuel Alegre veio propor-nos a ideia de um “Estado estratega”. Arrumando preconceitos, tanto dos defensores de ‘sempre mais mercado’ como dos nostálgicos do Estado de uma ‘idade de ouro’, parte-se do princípio que é possível combinar Estado e mercado à medida de cada situação concreta, tendo em vista o desenvolvimento da sociedade portuguesa. Tal combinação de instrumentos comporta necessariamente tensões, e exige uma contínua reavaliação, o que decorre das limitações atrás referidas. Por outro lado, reconhecendo as interdependências entre os vários mercados (e dimensões da vida social), o que está em causa é sobretudo a exigência de uma intervenção do Estado que organize essas mesmas interdependências em favor da autonomia e

bem-estar do todo nacional. Daí a necessidade de uma intervenção pública de índole estratégica.

Nestes termos, a estratégia nacional é sobretudo o resultado da interacção entre o Estado e os actores sociais mais dinâmicos na procura de consensos para um futuro colectivo. Trata-se de trabalho conjunto difícil e persistente, muito mais do que de documentos ou princípios genéricos. Por isso mesmo, é um processo que necessita de monitorização e avaliação permanentes. Tomando o caso concreto da transformação de que carecem as nossas

**Manuel Alegre veio propor-nos a ideia de um «Estado estratega», arrumando preconceitos, tanto dos defensores de «sempre mais mercado» como dos nostálgicos do Estado de uma «idade de ouro».**

empresas para se tornarem competitivas, não se trata de conceber um Plano e muito menos um ‘choque’, fiscal ou tecnológico. Do que se trata é de identificar e mobilizar os actores relevantes, horizontalmente e por sectores ou regiões, e de organizar plataformas de negociação dos instrumentos de política mais adequados e das prioridades da intervenção pública em ordem a uma mudança com dimensão estratégica, um processo que terá de incluir a própria Administração Pública.

É evidente que esta concepção de um Estado estratega não é compatível com a discricionariedade da acção governativa que tanto agrada a alguns interesses instalados nos nossos partidos. Também não é compatível com uma Administração desqualificada porque grande parte deste processo só tem eficácia se os interlocutores por parte do Estado forem credíveis. É a credibilidade que levará os actores sociais a interiorizar as metas acordadas e a assumir riscos de mudança. Finalmente, esta visão dialogante só é sustentável com uma vinda autonomia

do Estado que lhe permita decidir contra interesses particulares em nome de um projecto político democraticamente legitimado. Ou seja, um Estado estratega é um Estado forte, o que é bem diferente de Estado arrogante, ou de Estado ineficiente.

À luz do que fica dito, parece-me óbvio que a última governação socialista não tinha uma visão do papel do Estado à altura dos actuais desafios. Tanto na salvaguarda da sua autonomia (relacionamento muito ambíguo com empresários e corporações), como na salvaguarda da autonomia nacional (privatizações que deixaram muitas dívidas), ou ainda no modo ‘de cima para baixo’ de conceber e executar as políticas públicas (para não falar do negociadismo orçamental dos últimos tempos), foi uma experiência que desiludiu muita gente. Assim sendo, este é o momento adequado para os socialistas mostrarem aos portugueses que aprenderam com os erros do passado e que, hoje, uma discussão sobre o papel do Estado centrada em nacionalizações foge ao essencial.

Para enfrentar os desafios do nosso desenvolvimento precisamos de um Estado estratega, um Estado criador de laços de confiança com os sectores mais dinâmicos da sociedade, e promotor de confiança e cooperação entre esses mesmos actores sociais. Assim, para os socialistas do nosso tempo, o desafio reside em mudar a forma tradicional de actuação do Estado, em vez de aceitar gerir o Estado que temos, adicionando-lhe campanhas de propaganda sobre grandes reformas, ou sobre programas de investimento no que quer que seja.

Contudo, há uma condição essencial para que esta alternativa ao neoliberalismo do actual governo possa fazer o seu caminho: é indispensável que a qualidade cívica, técnica e política dos protagonistas do Partido Socialista seja consistente com a natureza da visão do Estado que defendem. Caso contrário, não se vê como será possível “convocar o que há de melhor na sociedade portuguesa” para construir uma maioria que dê novamente esperança aos Portugueses.

\*Economista, militante do PS  
In Público

## POR QUE APOIAMOS A CANDIDATURA DE MANUEL ALEGRE

O XIV Congresso reveste-se, para os socialistas e para o País, de uma importância extraordinária, visto que constitui a grande oportunidade para definir uma alternativa consistente – e coerente – que nos permita disputar com êxito o poder à direita que nele se instalou. Essa alternativa tem de configurar uma diferença clara entre as políticas que o PSD irá propor aos portugueses e as que serão apresentadas pelo Partido Socialista. O Congresso marcará um novo ciclo político. A ansiedade de reconquistar o poder tem levado a que se fosse estruturando dentro do nosso Partido uma corrente cuja linha política visa sobretudo conquistar o eleitorado do centro. Se esta tendência não for contrariada, o eleitorado flutuante, que oscila entre os dois partidos, perceberá que não lhe oferecem uma alternativa de Governo, mas uma simples mudança de dirigentes. Esta convicção, que se vem generalizando, continuará a levar cada vez mais pessoas à abstenção e à exacerção da chamada “classe política”. Portugal, nos tempos do rotativismo, já conheceu uma situação semelhante, com as consequentes sequelas: domínio dos caciques, esclerose das estruturas partidárias e do regime democrático – e o império dos interesses privados. Recusamos um “socialismo moderno” assente no politicamente correcto que hesita em assumir-se de esquerda. Manuel Alegre avança com ideias novas não só para mudar a sociedade, como o próprio funcionamento interno do PS.

Quanto à sociedade, propõe um Estado estratega, cuja função não se reduza ao papel de árbitro, mas que se assumia como garante e promotor dos serviços de interesse geral e que seja um instrumento eficaz no

combate às desigualdades. Assume, na sua moção, que o PS tem de ser capaz de dar uma resposta inovadora à globalização, aproveitando as oportunidades que traz de novos conhecimentos, novos mercados e novas tecnologias, mas fazendo com que seja o Estado e a comunidade a suportar os custos sociais das mudanças. Pretende que o PS incorpore, como valores da esquerda moderna, uma cultura de inovação e risco, porque só assim será possível vencer a batalha da competitividade. Deseja um PS que promova um máximo de convergência entre as políticas públicas e as estratégias empresariais – e, finalmente, um PS que inspire a sua acção na ética republicana de austeridade e de serviço público.

A candidatura de Manuel Alegre é, assumidamente, como ele afirma, um acto de inconformismo. “Não há renovação sem rebeldia contra a acomodação, a passividade e o compadrio”, afirma na sua moção. Por isso a sua candidatura “é a mais inovadora, a mais modernizadora e a que traz ideias e causas com que se pode mudar o PS, a democracia e o país”.

No que concerne ao funcionamento interno do PS, Manuel Alegre propõe a atribuição de novas competências aos militantes de base. Tem entrado e saído do PS inúmeros socialistas dotados de excelentes qualidades. Saem desapontados com a prática interna que se caracteriza pela completa ausência de debate político e pelo total desaproveitamento das suas capacidades. Essa hemorragia tem retirado força ao PS. O Partido Socialista tem vindo a transformar-se cada vez

mais numa estrutura cuja função principal é atribuir legitimidade aos seus representantes nos diversos níveis do poder político. A face dos estatutos, todos os militantes têm o direito de concorrer aos vários cargos políticos que integram a acção partidária, nomeadamente aos executivos camarários e ao Parlamento. Na prática, todos sabemos que os candidatos a esses cargos saem sempre do poder instalado, seja ao nível das federações, seja ao nível da direcção central. Manuel Alegre pretende dar a essa disposição estatutária, meramente formal, um conteúdo real. A sua moção propõe que esses cargos (a que todos os militantes podem concorrer apresentando o seu curriculum político, profissional e de idoneidade cívica) sejam sufragados pelo voto directo das bases deixando ao futuro Secretário-Geral e, eventualmente, à Comissão Política uma quota que garanta um núcleo de competências indispensáveis à governação ao eficaz funcionamento do Grupo Parlamentar. Trata-se de uma verdadeira revolução da prática interna do PS, cuja discussão e aprofundamento deve continuar para além do XIV Congresso, visto que este não inclui na sua ordem de trabalhos a matéria dos estatutos.

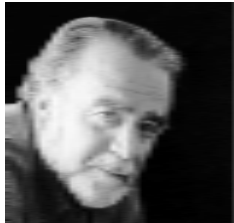
Manuel Alegre convoca-nos para um novo idealismo militante e para que possamos introduzir no Partido Socialista, e na sociedade, uma nova ética política.

Nós pensamos que só Manuel Alegre será capaz de despertar nos militantes o entusiasmo mobilizador indispensável para vencer a direita. Só ele será capaz, como se tem vindo a verificar por todo o País, de dar ao PS o suplemento de alma

que o faça acordar da atonia em que está mergulhado.

Por isso estamos com ele neste Congresso marcado por um salutar confronto de ideias – um Congresso que, esperamos, contribua para a emergência de um PS mais forte, mais fraterno e mais coeso. Estas são as ideias que, com o apoio dos militantes que votarem na nossa lista de delegados ao XIV Congresso, iremos ali defender.

António Feliz Pinto  
António Sérgio Pessoa  
Aquilino Ribeiro Machado  
Duarte Nuno Simões  
Edmundo Pedro  
Helena de Sousa  
João Paulo Madeira  
Joaquim António Pina Correia  
Joaquim Pinheiro Coelho  
José António Alvarez Trancoso  
José Manuel Consiglieri Pedrosa  
José Maria Brandão de Brito  
Josefina Coutinho  
Liliane Simões  
Manuela Cabeçadas  
Maria Carolina Tito de Moraes  
Maria Irene Buarque Gusmão  
Maria de Lourdes Pedro  
Maria Teresa Cruz Almeida  
Mário Pina Correia  
Nuno Coutinho  
Nuno Teotónio Pereira



# MAIS IGUALDADE MELHOR DEMOCRACIA MANUEL ALEGRE



## MANUEL ALEGRE EM VISEU E NA GUARDA

# MANUEL ALEGRE DEFENDE CONTINUIDADE DE ANTÓNIO JOSÉ SEGURO COMO LÍDER PARLAMENTAR

Manuel Alegre confirmou que António José Seguro continuará a ser o líder do Grupo Parlamentar se ganhar a eleição de Secretário-Geral do partido.

Numa sessão de esclarecimento realizada no passado sábado, dia 11, na Guarda, Manuel Alegre reafirmou a sua intenção de manter António José Seguro à frente da bancada parlamentar, desafiando José Sócrates a clarificar qual será a sua escolha para este cargo, o que mereceu o aplauso entusiástico das dezenas de militantes presentes.

Nesta sessão foi ainda de registar a presença na mesa da Presidente da Câmara da Guarda, Maria do Carmo Borges, e de Fernando Cabral, o único Presidente de Federação Distrital que reafirmou a sua posição de neutralidade nesta disputa pela liderança do Partido Socialista. Uma atitude que Manuel Alegre classificou de "verdadeiramente democrática, cívica e mesmo de grande coragem" quando todos os outros presidentes federativos vieram a público manifestar o seu apoio ao candidato José Sócrates em nome das estruturas que presidem. Uma "lógica aparelhística que compromete o direito da liberdade de escolha" e que tem vindo ser criticada por Manuel Alegre que considera uma "estratégia de auto-vitimização" as reacções por parte de quem não "aceita críticas nem quer o debate de ideias".

A meio da tarde, o candidato teve uma sessão diferente em Viseu. A sessão decorreu com grande entusiasmo, no salão nobre da Associação Comercial de Viseu,



com um momento de poesia e uma prova de queijos regionais. Perante mais de uma centena de apoiantes, Manuel Alegre ouviu, emocionado, um auto-intitulado "agitador cultural" declamar alguns dos seus poemas a que chamou "teses políticas". Seguiu-se o debate político onde Manuel Alegre expôs as principais linhas da moção "Mais Igualdade, Melhor Democracia" e reafirmou o seu empenho em manter um papel central do Estado, como "Estado estratega", que não se limita

a ser um "árbitro de mercado", pelo que alguns sectores essenciais como o Serviço Nacional de Saúde, a Caixa Geral de Depósitos ou o sector das águas não podem ser privatizados. Um militante presente afirmou-nos no final que "há muito que não se via nada assim: a alegria em ser do Partido Socialista, em fase de reencontro consigo mesmo; e os militantes sentirem que estão a participar e participarão no futuro do Partido Socialista e, mais importante, no futuro do País".

## ALEGRE DESAFIA SÓCRATES PARA DEBATE A DOIS EM CANAL ABERTO

Manuel Alegre lançou, no passado dia 10, um desafio a José Sócrates para um debate a dois, em canal aberto, para "a clarificação e o esclarecimento de todos os militantes socialistas".

O reptó foi feito perante mais de uma centena de militantes em Leiria e reafirmado ao longo do fim-de-semana nas sessões de esclarecimento realizadas pelo candidato a Secretário Geral do

Partido Socialista.

Dois dias depois, em Braga, num auditório com mais de 150 pessoas, Manuel Alegre reiterou o desafio feito "com camaradagem, com lealdade e com espírito socialista e democrático" porque "não somos um partido clandestino, mas sim um partido democrático que nada tem a esconder".

Para Manuel Alegre, uma eventual recusa de José

Sócrates para este debate a dois numa televisão generalista só poderá ser interpretada como vinda de "uma pessoa insegura, que tem medo de debater, porque tem medo de perder não só o debate como o congresso".

Apesar do eco que este desafio teve na comunicação social, até ao momento José Sócrates não respondeu. Ainda é tempo!

## BAGÃO FÉLIX E A FLEXIBILIZAÇÃO DO DÉFICE

A União Europeia, por pressão da França e da Alemanha e na sequência de muitas críticas, sobretudo dos partidos socialistas, deu luz verde à "flexibilização" do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), permitindo défices superiores a três quando for necessário o investimento público para estimular a economia.

Bagão Félix considerou esta decisão positiva, pois permite "diminuir a patologia do espartilho". Bagão Félix omite duas coisas essenciais:

— o PS anda há muito tempo a criticar a rigidez do PEC e fez propostas concretas nesse sentido na AR, que foram rejeitadas pela maioria, de que BF faz parte — ele foi o ministro que desmontou as políticas sociais em nome da obsessão do défice do governo de Durão Barroso e Ferreira Leite e, nessa altura, nunca se lhe ouviu uma palavra sobre a tal "patologia do espartilho". BF é tão responsável como Ferreira Leite. Para o governo anterior o tal "espartilho" era o ponto central da política do

governo, independentemente de Bruxelas. As posições de BF são um truque que não engana ninguém. Os governos de que ele tem feito parte falharam rotundamente. As políticas que ele também desenvolveu também foram um fracasso.

Isto não quer dizer que o Partido Socialista não aposte no rigor e na verdadeira consolidação orçamental. O que não pode é ser feito com cortes cegos e operações de cosmética, que só servem para agravar a crise.

## Agenda semanal do candidato

15 A 22 DE SETEMBRO

**15 - 4ª feira:** 11.30h - Encontro com a Fenprof, Lisboa; 21.30h - Sessão em Bragança, Auditório Paulo Quintela

**16 - 5ª feira:** 18.00 - Encontro Temático Economia / Ciência / Tecnologia, a cargo de João Cravinho, Fórum Picoas, Lisboa. Vídeo-conferência para Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro; videonet em [rtsp://rmedia.cidadevirtual.pt/encoder/op37751/livept.rm](http://rtsp://rmedia.cidadevirtual.pt/encoder/op37751/livept.rm)

**17 - 6ª feira:** 15.30 - Encontro Temático Questões do Desenvolvimento, a cargo de Elisa Ferreira, Hotel Sheraton, Porto; 21.30 - Sessão em Vila Real, Hotel Mira Corgo

**18, Sábado:** 12.00-13.00 - Debate a três na Antena 1; 16.00 - Debate a três no Hotel Sheraton, Porto; 21.30 - Sessão em Viana do Castelo

**19, Domingo:** 16.00 - Sessão em Portalegre, Escola Superior de Educação; 20.30 - Jantar em Tomar, seguido de Sessão

**20, 2ª feira:** 18.30 - Lançamento do CD com poemas de Manuel Alegre, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Autores

**21, 3ª feira:** 22.30 - Debate a três na SIC Notícias

**22, 4ª feira:** 18.00 - Debate sobre Questões Laborais; 21.30 - Sessão em Castelo Branco

**23, 5ª feira:** Encerramento Lisboa

## Agenda de iniciativas locais

**14, 3ª feira:** Cascais, 20.00 - Centro Cultural de Cascais, Helena Roseta;

**15, 4ª feira:** Monchique - 18:30 - José Magalhães; Vila Bispo/Sagres/Aljezur - 21:30 - José Magalhães; Campomaior - 21:30 - Vera Jardim/ Jorge Lácio; Lumiar (Lisboa) - 21.30 - Mª Belém/José Leitão; Linda-a-Velha - 21.30 - M.M. Carrilho

**16, 5ª feira:** Alverca - 21.30 - M.M. Carrilho; Loulé - 21.30 - José Magalhães

**17, 6ª feira:** Oliveira de Azeméis - 21.00 - M. M. Carrilho; Louçã - 21.00 - Vera Jardim; Reguengos (Justiça) - 21.00 - J. Lácio; Pombal - 21.00 - Helena Roseta; Vila Franca (Póvoa) - 21.00 - Ana Gomes

**18, Sábado:** Moura/Serpa - 21.00 - Ana Gomes Santarém (Sede Federação) - 17:30 - Jorge Lácio

**19, Domingo:** Castanheira de Pera - 21:30 - Marques Júnior

**20, 2ª feira:** Vila F. Xira - 21.30 - Vera Jardim; Sintra - 21.30 - Jorge Lácio

**22, 4ª feira:** Évora - 21.30 - Maria de Belém; Leiria - 21.30 - Helena Roseta; Benfica (Lisboa) - 21.30 - M.M. Carrilho

**23, 5ª feira:** Encerramento Lisboa

## CONTACTOS:

Sede de Candidatura: Largo do Rato, nº 2  
1269-143 Lisboa  
Telefones: 213822087; 213822096; 916633232  
Fax: 213822097  
Sítio: [www.manuelalegre.org](http://www.manuelalegre.org)  
Blog: [www.manuelalegre.weblog.com.pt](http://www.manuelalegre.weblog.com.pt)  
E-mail: [alegre@ps.pt](mailto:alegre@ps.pt)

## Como apresentar uma lista de delegados ao Congresso?

Consulte o site [www.manuelalegre.org](http://www.manuelalegre.org), na secção "questões práticas".

Se tiver dúvidas, contacte a candidatura.

**+ educação**

- Inglês como segunda língua desde o início do 1.º ciclo de escolaridade.
- Novas modalidades educativas no 1.º ciclo: informática, programa ciência viva, psicomotricidade, expressão dramática, musical e plástica.
- Garantir alimentação, transporte, rastreios na área da saúde escolar e acompanhamento psicossocial.
- Aposta na prevenção, nomeadamente na área da saúde mental, assegurando a presença de psicólogos nas escolas.
- Garantir, nos meios urbanos e para famílias carenciadas, a cobertura de horário alargado no funcionamento da rede pública de ensino até final do 1.º ciclo de escolaridade.
- Combate à quebra acentuada de condições socio-económicas e profissionais dos professores, principalmente dos colocados por concurso.
- Investimento nas novas tecnologias para equipamento das escolas.
- Prevenção de comportamentos de risco (consumo de estupefacientes, tabaco e álcool).

**+ emprego**

- Período mínimo de um ano de formação qualificante para jovens antes de entrarem no mercado de trabalho.
- Qualidade do emprego como critério para a atribuição de incentivos ao investimento e à formação de parcerias entre o Estado e o sector privado.
- Envolvimento dos representantes empresariais e sindicais na definição e na revisão dos currículos do ensino.
- Requalificação do emprego tendo em conta as necessidades concretas da Economia.
- Combate ao falso trabalho independente, trabalho clandestino e trabalho infantil.
- Medidas de discriminação positiva que permitam a inclusão de grupos desfavorecidos ou em risco de exclusão.

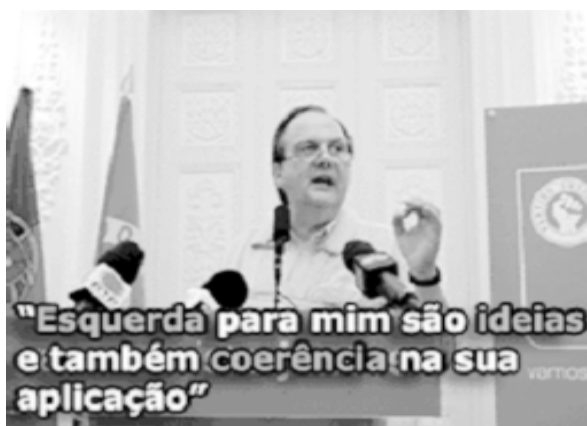
**+ justiça**

- Urgentes reformas no direito penal e no processo penal para reduzir ao mínimo o nível de erro nos tribunais.
- É o momento de abrir o tabu do «segredo de justiça» à sociedade.
- O «segredo de justiça» não pode ser impeditivo do direito de defesa.
- Aquele contra quem sejam apresentadas suspeitas tem de poder apresentar, de imediato, elementos de prova que as coloquem em causa.
- Pôr termo imediato às regras de custas que a Coligação da Direita introduziu e que inviabilizam o acesso dos mais humildes ao Tribunal Constitucional.
- Através das novas tecnologias cada cidadão vai poder verificar se os processos em que é interessado andam ou não andam ou se outros os ultrapassaram.
- Não é admissível continuar com o flagelo do aborto na nossa sociedade.
- Diminuição dos prazos de duração máxima da prisão preventiva.

- A prisão preventiva será aplicada quando nenhuma das outras medidas de coacção se mostre adequada.

**+ saúde**

- Recusa do retrocesso do SNS, aprofundando-o, desenvolvendo-o e racionalizando-o.
- Introdução de critérios de qualidade de serviço versus necessidades dos doentes e racionalização financeira.
- Disciplina e critério na gestão financeira do sector.
- Responsáveis de todos os níveis, gestores hospitalares, clínicos e chefias, serão abrangidos por princípios e critérios de responsabilização.
- Resultado obtido na prevenção e/ou na cura será critério essencial de avaliação.
- Insuficiências de recursos humanos serão colmatadas recorrendo a trabalhadores imigrantes.
- É irracional fixar internamente limitações ao



- acesso à formação e ao ensino para ver depois outros concorrer num mercado que deveria estar em primeira-mão acessível aos nossos nacionais.
- Aprofundar mecanismos de diálogo e audição da comunidade, interessando-a na gestão e funcionamento dos serviços.
- Misericórdias como promotoras de acção social, com gestão privada humanista.

**+ ciência e tecnologia**

- Política Tecnológica e de Inovação para o País que dispare o investimento em Investigação & Desenvolvimento.
- Aposta forte num ensino de qualidade, no apoio à investigação científica aplicacional, no capital de risco de raiz tecnológica – start ups – através de relações biunívocas entre as empresas e as Universidades.
- Atingir a meta dos 3por cento do PIB investidos em Investigação e Desenvolvimento como passo para a convergência na UE-15.
- Sensibilização do sector industrial através de política fiscal, que descrimine pela positiva, e ligando-o às universidades.

**+ ambiente**

- O interior do País deve ser visto como um espaço de oportunidades.

- Decisões sobre o uso dos solos deverão ser objectivas, coerentes e sempre no respeito de prazos máximos.
- Política correcta da água, sobretudo para consumo humano, disciplinando e prevenindo, as consequências sobre aquele recurso resultantes da poluição por agro-químicos.
- Intensificar o combate à poluição causada por estabelecimentos industriais e outras actividades económicas.
- Considera-se muito importante o funcionamento de programas sectoriais específicos (resíduos sólidos urbanos, resíduos hospitalares, resíduos agrícolas e florestais e resíduos industriais).

**+ coesão social**

- Aplicação de políticas sociais relevantes como o apoio à Criança, ao Idoso, à Saúde.
- Chamar à missão de coesão, o Sector da Economia Social através das suas Instituições (Misericórdias, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Cooperativas, Organizações das Igrejas).
- Promoção do Emprego, através da formação e qualificação.
- Plano Nacional de Combate ao Desemprego e Qualificação

- Profissional.
- Garantir a sustentabilidade social da Segurança Social.
- Combate à pobreza e às formas de exclusão social, através da implementação de um Programa de Rendimento Mínimo Garantido com Contrapartida Social.

**+ cultura**

- Preservação activa, conservação e valorização do nosso património cultural.
- Valorização e difusão da obra dos nossos criadores contemporâneos.
- Política inovadora e audaz para a área do livro, do cinema, dos audiovisuais e das artes do espectáculo.
- Preservação do património cultural, articulado com os programas de renovação urbana.
- Sector da Cultura como área potenciadora de emprego, em especial jovem.

**+ habitação**

- Planos de Desenvolvimento Estratégico para as autarquias em conjugação com o Governo, para horizontes temporais nunca inferiores a cinco anos.
- Programa nacional para a recuperação dos centros das cidades ou dos seus bairros

- históricos, numa lógica de habitabilidade e de fixação preferencial para os jovens.
- Organismos e Instituições Públicas para diferentes localizações que não obedeçam a critérios de monocentralidade.
- Atração de empresas, hoje presentes na malha urbana, para Parques Industriais e Científicos, subsidiando as Universidades para construir campus nas periferias das Cidades.
- Construir uma realidade de gestão participada para as nossas Cidades, a partir de Conselhos de Cidadãos.
- Melhorar as Acessibilidades.
- Promover a redução dos movimentos pendulares dos cidadãos – casa-emprego-casa.
- Articulação das funcionalidades lúdicas numa lógica em que a Cultura volte a ter um papel activo na vida das Cidades.

**+ desenvolvimento regional**

- Levantamento exaustivo das regiões mais pobres no futuro.
- Apoio à concepção e implementação de Parques Tecnológicos ou de Indústrias Leves nas regiões mais desfavorecidas.
- Parques articulados com campos universitários e habitação para quadros técnicos a preços aliciantes.
- Redução de IRC como incentivo à deslocalização empresarial.
- Isenção de impostos, em sede de IRC, até 10 anos, para novos investimentos nas regiões mais desfavorecidas.
- Isenção de impostos em sede de IRC, até 10 anos, para localizações de empresas ou projectos de raiz tecnológica acentuada.
- Reformatação dos incentivos comunitários para o reforço das acessibilidades e promoção de acesso a fontes tecnológicas nas Regiões com menor investimento em I&D.
- Redução de impostos, em sede de IRS, para os recursos humanos que desejem deslocalizar a sua residência para concelhos com baixo índice de desenvolvimento.
- Apoio às iniciativas empresariais na área do turismo, que promovam regiões carentes ou deprimidas.

**+ economia**

- Principal objectivo da nossa política económica passa pela convergência real com as economias de topo da UE.
- Reforma efectiva do aparelho de Estado promovendo a reafectação dos recursos humanos e patrimoniais.
- Poupança estrutural significativa e aumento da eficiência da Administração Pública envolvendo os Trabalhadores.
- Tolerância fiscal zero
- Atração de investimento estrangeiro seguindo o modelo holandês, por exemplo.
- Benefícios fiscais às empresas que invistam na formação, qualificação ou inovação,
- Apoio reforçado ao ensino politécnico e maior proximidade entre empresas e Universidade.
- Valorizar imigração privilegiando recursos

Para um Partido  
nem radical nem moderado,  
apenas Socialista!

humanos qualificados.

- Atrair esta imigração qualificada para empresas que se encontram fora da linha do litoral.
- O Estado deve assumir sectores estratégicas e garantir a permanência de centros de decisão portugueses.
- Divulgação da Marca Portugal no turismo e nos produtos industriais.
- Reforço da cooperação económica bilateral com os países lusófonos.
- Incentivo à utilização de novas tecnologias e ligação dos núcleos de investigação científica com as necessidades das empresas.
- Apoiar sectores como o Turismo, indústrias com altos níveis de I&D ou o empresas exportadoras, que gerem efeitos de requalificação na Economia Portuguesa.



### + militância

- Revitalizar o PS, impedir a sua descaracterização, devolvê-lo a todos os socialistas de alma e coração, filiados ou não no Partido Socialista.
- A abertura do PS à sociedade civil pressupõe a existência de um PS activo, com vida própria nas suas secções.
- Emergência de uma nova geração no PS não pode fazer-se à margem dos militantes, por ingressos de secretária, sem o mínimo respeito pela afirmação democrática.
- Secretário-Geral do PS deve defender o primado da coesão social do País e a defesa intransigente da igualdade de género, sem reservas e sem cedências.
- Reflexão intensa e actualizada sobre o mundo actual, nas comissões nacional e política, nas secções, desde o PS ao partido socialista Europeu e à Internacional Socialista.
- Mulheres Socialistas como apoio a todas as mulheres que sintam uma vocação de liderança e de exercício do poder.
- Revitalização da vida interna do PS abrindo o compromisso de, em todos os órgãos do partido e de decisão política alcançarmos a paridade rapidamente.
- Descentralização de meios, financeiros e outros, para as estruturas intermédias do PS.
- A ética política e a clareza de opções são valores insubstituíveis para assegurar as vitórias que desejamos para o PS e para Portugal.
- Afirmação pela diferença, pugnando pelos valores tradicionais da igualdade de oportunidades, da tolerância, da solidariedade e do apoio aos mais desfavorecidos.
- Os militantes do PS não vão assistir parados ao desmantelamento de milhares de empresas, ao lançamento de dezenas de milhares de trabalhadores no desemprego e à ruína do sistema de segurança social.
- Os militantes do PS não ficarão indiferentes a uma situação de descalabro financeiro e social ao nível do Estado e das famílias.
- Os militantes do PS exigem soluções para o atraso na educação, para as deficiências na Saúde, para a crise da justiça e descrença nas instituições e nos políticos.



### + reforma do estado

- A bandeira da reforma do Estado, de um melhor Estado é imperativa.

- Dignificar e requalificar os quadros técnicos superiores da administração pública.
- Alteração do actual regime em que a generalidade dos projectos e negociações públicas passem por escritórios de consultores contratados sem nenhuma transparência.
- Posicionamento claro quanto ao financiamento privado dos partidos.
- Parlamento da República como câmara de controlo e acompanhamento da governação e como caixa de ressonância dos portugueses.
- Todos os socialistas – mas especialmente os dirigentes – têm de possuir vidas transparentes no plano económico e financeiro.
- Estabelecimento de um pacto que inviabilize políticos retirados ocuparem postos dirigentes em empresas que operam nas áreas que eles tutelaram.
- Alargamento do quadro de incompatibilidades para o exercício de cargos políticos.
- Desenvolvimento e Política Económica
- Principal objectivo da nossa política económica passa pela convergência real com as economias de topo da UE.
- Reforma efectiva do aparelho de Estado promovendo a reafectação dos recursos humanos e patrimoniais.
- Poupança estrutural significativa e aumento da eficiência da Administração Pública envolvendo os Trabalhadores.
- Tolerância fiscal zero.
- Atracção de investimento estrangeiro seguindo o modelo holandês, por exemplo.
- Benefícios fiscais às empresas que invistam na formação, qualificação ou inovação,
- Apoio reforçado ao ensino politécnico e maior proximidade entre empresas e Universidade.
- Valorizar imigração privilegiando recursos humanos qualificados.
- Atrair esta imigração qualificada para empresas que se encontram fora da linha do litoral.
- O Estado deve assumir sectores estratégicas e garantir a permanência de centros de decisão portugueses.
- Divulgação da Marca Portugal no turismo e nos produtos industriais.
- Reforço da cooperação económica bilateral com os países lusófonos.
- Incentivo à utilização de novas tecnologias e ligação dos núcleos de investigação científica com as necessidades das empresas.
- Apoiar sectores como o Turismo, indústrias com altos níveis de I&D ou o empresas exportadoras, que gerem efeitos de requalificação na Economia Portuguesa.



### - corrupção

- Controlo das grandes obras públicas visando a obtenção de resultados justos.
- Responsabilização dos diferentes intervenientes na obra pública e publicação sistemática dos resultados efectivos.
- Recurso a auditores públicos, vigiados por uma entidade reguladora.
- Aumentar a transparência das Câmaras Municipais nos processos de licenciamentos de obras e diminuição dos factores de arbitrariedade.
- Necessidade de existência de planos de desenvolvimento/evolução urbana e respectiva publicação.
- Definir e fixar os princípios gerais a aplicar no alargamento dos perímetros urbanos.



Caro(a) Camarada,

Este é o último número do Acção Socialista que te chega às mãos antes da primeira volta na votação para o cargo de secretário-geral do PS.

Por isso te apelo a que votes de acordo com a tua convicção e a tua consciência. Sem te deixares levar por lógicas situacionistas de “vencedores antecipados” que a cada momento nos são vendidas pelos comentadores da direita nos meios de comunicação social cada vez mais controlados pelos grandes interesses. Espero que nesse plano caro(a) camarada não te seja indiferente o facto de

gente como Marcelo Rebelo de Sousa ou Valentim Loureiro terem vindo a declarar que desejam a vitória de José Sócrates nesta eleição.

Por outro lado caro(a) camarada chamo a tua atenção para a coerência das posições que tomamos na minha candidatura a secretário geral do PS. Somos socialistas e não temos vergonha de o ser. Nem modernos, nem radicais, nem moderados. Socialistas. Mulheres e homens de esquerda que sempre se bateram pelos valores e pelas convicções que são as nossas, socialistas. Queremos um partido socialista devolvido aos militantes socialistas, onde haja espaço para todos, onde todos tenham uma palavra a dizer, onde o contributo de todos seja bem-vindo. A todos os níveis das estruturas do PS que vamos revitalizar e dignificar. Conosco, ao contrário do que acontece nas outras candidaturas, e vê-se logo, não há lugares cativos para ninguém. Nem na direcção do PS, a todos os níveis, nem no Parlamento, nem nas autarquias.

O nosso objectivo é conduzir o PS à vitória, para que ele volte a ser poder, a nível local e nacional. Mas poder para executar a nossa política. Para cumprir os nossos valores de mulheres e homens de esquerda. Para desenvolver Portugal de uma forma solidária, equilibrada, sem cedências aos grandes interesses económicos privados, sem ilusões líricas quanto aos desafios difíceis que temos pela frente. Provei-o quando, à frente de uma equipa de esquerda, governei a capital do nosso país. A obra feita está aí bem visível à vista de todos. Vota camarada, vota em consciência e vota bem. O voto é secreto e livre de quaisquer pressões ou influências. O destino do PS está nas tuas mãos.

Vamos a isto, juntos!  
Viva o PS!

**João Soares**

**Mais Abertura aos Militantes**  
Comigo, a tua voz conta,  
agora e sempre!



**COERÊNCIA, ATITUDE E DETERMINAÇÃO**

“Quando um líder é coerente com a sua vida de Socialista de sempre, o resultado só pode ser: João Soares – Secretário-Geral do Partido Socialista.”

**António Grosso – Benfica****É A PAIXÃO, JOÃO!**

“Meu caro, a grande diferença que existe entre a tua candidatura e as outras, é simples e complexa como as coisas simples – é a PAIXÃO. Tu tens paixão pelo PS!

Não vives internamente pressionado por alas ou facções, não tens a postura calculista, hipócrita, de deixar andar... até chegar a oportunidade... Agora a questão é: quererão os socialistas um PS liderado por um secretário-geral coerente e com uma postura diferente?

Acredito que consigas.  
Um abraço camarada.”

**Joaquim Vairinhos****EM BRUXELAS**

“Recordo os tempos do João como deputado europeu aqui em Bruxelas. O seu trabalho político junto dos socialistas que aqui trabalham e junto dos outros partidos socialistas foi notável e constitui uma pedra no charco para muitos dirigentes socialistas que têm considerado o mandato de parlamentar europeu como uma reforma sabática que lhes é devida pelos contribuintes.”

**Rui Cavaleiro Azevedo****SE FOSSE MILITANTE PS  
VOTARIA EM SI**

“Gosto do seu discurso, a favor de uma política de princípios, de defesa dos valores sociais e de transparência no aparelho de Estado. Creio que tem muita afinidade com o programa de Manuel Alegre, mas prefiro a sua candidatura, porque, embora com uma matriz ideológica semelhante, está mais virada para o futuro e conta com maior experiência na gestão da coisa pública. Se eu fosse militante do PS, seguramente votaria em si, na esperança de uma regeneração da nossa vida política, por ora tão pantanosa, tão parca de ideias e tão pejada de oportunismos e incompetência. (...)”

**Horácio Guerreiro****DE MÃOS DADAS COM O FUTURO**

“(...) É por acreditarmos e sobretudo termos a certeza, que com João Soares não existirá qualquer tipo de ambiguidade, que como eu, muitos dos que aqui se encontram irão apoiá-lo, com a convicção de um Partido mais generoso, sério e sobretudo com os olhos postos num futuro melhor, sem contudo esquecer os compromissos – por fazer – do passado. Que no dia 25/26, um novo VINTE e CINCO sem revanches se afirme com a vitória de JOÃO SOARES.”

**Joaquim de Sousa Magalhães****BOA SORTE**

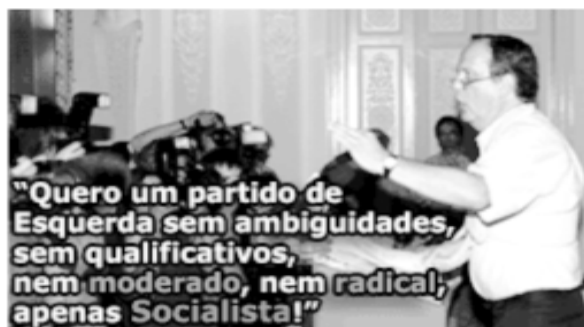
“Não sou militante do PS e não sei se terá muito sentido manifestar-me. Mas quero que saiba que o admiro bastante, reconheço o excelente trabalho que fez à frente da CM de Lisboa e considero ser um Homem capaz para liderar o Partido Socialista, tornando-o no maior Partido da Oposição. Porque tem coragem para enfrentar os desafios e consegue trabalhar com as outras forças políticas. Porque não receia as palavras e assume-se como um homem de esquerda. Boa Sorte!”

**Júlia Coutinho****FELICITAÇÕES**

“Não posso deixar de dar o meu total apoio a uma candidatura coerente, num país mergulhado num fascismo um tanto ou quanto “camuflado”... João Soares não tem um percurso “curto” nas lides políticas e não tem um discurso “decorado” como um dos seus adversários... Que vença João Soares!!!”

**Natacha Cardoso****CONTIGO O PS VAI GANHAR**

Caro João Pode-se considerar que ofereces as melhores condições para liderar o PS, pois, és um socialista convicto que não se deixa afastar dos ideais socialistas (que nem todos defendem), reconheces a necessidade de alterações internas no PS (que nem todos pretendem), não condescendes com o espírito de compadrio partidocrático oportunista, terceiro-mundista (que muitos cultivam), consideras-te um cidadão socialista da Europa (que muitos mal conhecem) e estamos certos de que pretendes a urgente equiparação do nível de vida em Portugal ao dos outros países da Europa em melhor situação (com que poucos se importam efectivamente). João, também imagino quanto não tem sido difícil impores uma imagem política distinta da do teu pai, tão abrangente, mas, certeza que esse facto só vai reverter a teu favor, pois é mais sensato apoiar-se um candidato com formação natural apropriada do que mais um



aventureiro da política que tanto têm contribuído para o mau nome da classe. Força João, contigo o PS vai ganhar.”

José Reis Morais

**O MEU APOIO AO SOCIALISTA**

“Estou certo que o João representa o PS, aquele PS no qual acreditei e aderi: O PS da Liberdade, do Socialismo Democrático, da Tolerância, da Esquerda Assumida, Lutadora e Descomplexada. Para uma política alternativa à Direita Populista e Chique que nos últimos dois anos nos desgovernou!”

Tito Banza Matis

**FORÇA DR. JOÃO SOARES**

“Não percebo nada de política. Mas como opinião, acho que é o único candidato que me inspira confiança. A situação é complicada, pois o partido está muito dividido. Aquilo que parece agora, poderá não ser amanhã, portanto desejo-lhe a vitória. Muita força e energia positiva. Tenho fé que vai conseguir e surpreender aqueles que não acreditam em si. Força, determinação. Coragem. Fale ao povo com palavras que eles entendam. Seja original. Criativo, porque o PS precisa de ser renovado e não é de maneira nenhuma com os outros candidatos. Mude o seu visual para ainda mais jovem (sem ofensa). Achei que lhe deveria enviar esta mensagem de LUZ, AMOR E PAZ.”

**Armanda Rodrigues****AS QUALIDADES DO JOÃO**

“Gostaria de ver João Soares chegar a líder do PS. Não lhe faltam qualidades de carácter, coragem, inteligência, experiência e vontade. Mostrou, desde o início da sua carreira política, que não desmerece a herança de uma Família dedicada à luta pelos ideais de liberdade e de justiça. Herdou do Pai a intuição política, o gosto pelos desafios a coragem física e intelectual. Da Mãe a sensibilidade, a bondade, a ponderação. De ambos, o gosto pela política no que ela tem de mais nobre: o respeito pelos outros e a defesa dos mais fracos. Mas o João vale por si, tem um passado e um presente que o dignificam e terá certamente um grande futuro.”

**Estrela Serrano****APOIO**

“Quero expressar o meu apoio à candidatura do camarada João Soares a Secretário Geral do PS porque sendo eu moradora na cidade de Lisboa, reconheço o excelente trabalho que desempenhou enquanto Presidente da C.M.Lisboa, estou convicta que a mesma capacidade possa ser exercida na liderança do partido.”

**Susana Ladeira - Bairro Alto****JS=JOÃO SOARES**

Agradeço-te pela coragem que demonstras. Os verdadeiros socialistas saberão apoiar-te na devida altura – nas urnas! Nada de paninhos quentes mas sem excessos de radicalismo para estancar os excessos da direita.

**Alexandre Antunes****...PROJECTO SOCIALISTA**

Caro João Soares, eu apoio a sua candidatura porque vejo e sinto nela os ideais da esquerda, em que os militantes não são apenas números mas sim a voz e a consciência do Partido Socialista. A sua candidatura é um verdadeiro projecto Socialista.

**João Morais**

“Caro João Soares Estou com a tua candidatura a SG desde a primeira hora, não esperei pelo Vitorino, pelo Seguro, pelo Alegre ou pelo Coelho, acredito na tua política, partilho as tuas ideias para o PS e para Portugal, quero ir ao congresso defender a tua moção. Os homens e mulheres militantes de base, os que colam os cartazes, os que levantam o punho e as bandeiras nos comícios, os que fazem parte das listas para as juntas de freguesia, os delegados sindicais ... o povo que sofre votam em ti. Força João Soares, Mais PS A CAMINHO DA VITÓRIA”

**Rui Henriques****FORÇA JOÃO**

Estou solidário consigo e o meu voto já tem destinatário. Viva o PS

**Maria da Fátima Teixeira**

**Mais Abertura aos Militantes**  
Comigo, a tua voz conta,  
agora e sempre!





Apresentação da Moção – Largo do Rato, 26 de Agosto



Encontro com Siza Vieira – Porto, 18 de Agosto



Encontro com Militantes – Setúbal, 20 de Agosto



Encontro com Militantes – Santarém, 3 de Agosto



Encontro com Militantes – Portalegre, 15 de Agosto



Encontro com Militantes – Faro, 12 de Agosto



Encontro com Militantes – Torres Vedras, 22 de Agosto



Jantar com Militantes – Porto, 3 de Agosto

# PORTUGAL MODERNO E SOLIDÁRIO

## LIBERDADE, SOLIDARIEDADE E COMPETITIVIDADE



Teresa Almeida

### O PS hoje

Sem dúvida nenhuma o PS está a marcar a agenda política do país e pelas melhores razões!

Depois do terramoto político provocado pela fuga do Primeiro-Ministro, Dr. Durão Barroso, para exercício de um outro cargo político em Bruxelas e depois da decisão do Presidente da República e consequente demissão do Secretário-Geral do PS, que é nítida a vontade do povo português em participar, perceber, intervir na (re) condução dos destinos deste País. Não só pela desconfiança de que o actual governo da coligação do PSD/CDS é incompetente para o exercício das suas funções, mas, quanto a nós, pela convicção de que a todos compete ter uma palavra a dizer.

O exercício da política é isto mesmo. Dizer-se que o PS acordou para o debate pelo facto de existir mais do que uma candidatura a secretário-geral do PS é redutor e omissivo perante a preocupação que a situação política do país constitui para qualquer um de nós.

Com isto pretendemos realçar a necessidade de não esquecermos, enquanto falamos e discutimos um programa político do PS para o futuro, que o cidadão espera que o Partido continue atento e actuante face à realidade actual e transparente, nas diversas e vivas discussões das respectivas moções de estratégia, que é um partido com vocação para governar com propostas de esquerda, construtivas, actuais e inequivocamente reveladoras das suas preocupações ideológicas com a solidariedade, justiça e igualdade sociais.

### A moção

Em anterior edição, neste jornal, apresentou-se resumidamente o teor do nosso contributo para o debate alargado das ideias e soluções para a modernização do Partido.

Para além das mudanças necessárias na organização e funcionamento do PS, aí expostas, consideramos que a essência das apostas estratégicas a aplicar e desenvolver, assentam em três vectores fundamentais: *as pessoas, as instituições e o território*.

Sendo que é para as pessoas, individual e colectivamente entendidas, que os socialistas governam; sendo que o desenvolvimento sustentado do território é indiscutivelmente e cada vez mais, um domínio a privilegiar; sendo que a reorganização da administração territorial levada a cabo pelo Estado é um imperativo, tal como o é o consequente projecto de regionalização; sendo que a reforma das instituições, nomeadamente a da Administração Pública, através de uma óbvia aposta na inovação e na competitividade, é uma condição básica para o desenvolvimento; consideramos que estas questões têm absolutamente que ser debatidas, equacionadas e incorporadas no programa político do PS como uma das formas para o assegurar de um **PORTUGAL [mais] MODERNO E SOLIDÁRIO**. É o que defendemos nesta moção.

### Ganhar o próximo ciclo eleitoral

Após o Congresso, logo no início de Outubro, o Partido Socialista deve definir, como prioridade, a preparação das eleições autárquicas de 2005.

Esta moção defende que da forma e estratégia que for definida para estas eleições dependerá a capacidade para ser vencedor nas eleições legislativas de 2006.

Uma das questões mais polémicas no debate entre os candidatos é a política de alianças que o PS deverá ter para formar governo, caso não seja vencedor com maioria absoluta.

Parece-nos ser uma questão delicada que não deve comprometer desde já o programa político do partido, uma vez que poderia dar azo a leituras distorcidas por parte dos eleitores questionando-se sobre a oportunidade de optar pelas propostas do PS perante a hipótese de qualquer dos partidos à sua "esquerda" ser um potencial parceiro na governação.

No entanto, e já no que às autarquias diz respeito, perante realidades concretas e dimensões e características políticas muito específicas, deverá o PS ponderar a oportunidade de estabelecer coligações com outras forças políticas. Assim, posteriormente ao Congresso, o dossier «Autárquicas» deve ser encarado como prioritário. A definição do perfil dos candidatos, programa e modelo de gestão das autarquias, bem como do compromisso com os eleitores e com o partido, devem constituir matérias a debater e equacionar entre os socialistas.

De certa forma as três apostas estratégicas definidas na moção para a modernização do país têm aplicação desde já nas propostas concretas para a reorientação da gestão do poder local.

Quem melhor que os autarcas sente a necessidade de corresponder aos anseios dos cidadãos no sentido de melhorar as suas condições de vida e de lhes proporcionar habitação condigna em paralelo com o usufruto de um espaço público qualificado e em segurança?

Quem melhor que os autarcas estará em condições de promover a coesão social, na reabilitação do espaço edificado, como forma de perpetuar a memória de uma comunidade, mas também de lhe dar estrutura e apetência ao acolhimento de diversas funcionalidades que garantam emprego e fixem residentes?

Quem melhor que os autarcas pretende a qualificação do seu território, a manutenção dos recursos e valores naturais, ecológicos e patrimoniais enquanto vertentes estratégicas para os valores identitários da sua área territorial?

Quem melhor que os autarcas sente a necessidade de tornar a administração pública moderna e eficiente, capaz de entender as necessidades dos cidadãos e de se desmultiplicar em novas valências, mais de acordo com as actuais apetências da gestão dos municípios, transformando-os de meras entidades licenciadoras e fiscalizadoras em agentes efectivos do progresso social, capazes de assegurar a formação dos jovens, a protecção e o acolhimento dos idosos; capazes de protagonizar o papel de agentes de políticas de juventude, de dinamizadores culturais e desportivos, de captadores de emprego e de dinamização empresarial, de empreendedores na construção e gestão de redes de infra-estruturas municipais, cada vez mais extensas e complexas, de sistemas de transportes e de equipamentos (Estações de Tratamento de Águas Pluviais e de Resíduos Sólidos, Medição da Qualidade da Água e do Ar),

Bibliotecas, Cine-Teatros, Museus, Pavilhões Desportivos, Centros Culturais, Estabelecimentos de Ensino (desde o pré-escolar, até ao profissional e de formação de adultos)?

Contudo, também os socialistas devem aperceber-se e apresentar políticas e estratégias para que a reorganização territorial possa encaminhar-se no sentido da desejável regionalização do País, levada a cabo de forma equilibrada, solidária e responsável, não esquecendo e tendo em conta, por um lado, um centralismo atávico, que exerce o poder de forma distante e pouco interveniente, mas tendo em conta também, por outro, um poder local por vezes demasiado asoberbado com a gestão das suas múltiplas e quotidianas tarefas, sem tempo, nem dimensão por vezes, para o implementar de estratégias mais inovadoras, abrangentes, em termos territoriais, e com potencial para outros desafios.

### Algumas propostas

Criação de regiões a perspectivar com base na actual divisão territorial descentralizada das actuais Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e Regiões Autónomas com uma proposta territorializada e de legitimação democrática conferida por sujeição a sufrágio eleitoral, com autonomia financeira e administrativa.

Descentralização efectiva com atribuição de competências de gestão de toda uma área territorial, terminando com poderes de gestão paralelos como os atribuídos a áreas portuárias, patrimoniais ou de conservação do litoral ou da natureza, que permitam diferentes políticas num mesmo território.

Reforço da capacidade financeira e técnica dos municípios, atribuindo novas transferências em matéria de receita fiscal e de possibilidade de cobrança de serviços prestados à comunidade. Desburocratização e simplificação de procedimentos.

Promoção da cooperação interinstitucional e com o sector privado, com recurso às novas tecnologias da comunicação, dando corpo a uma sua cada vez maior divulgação e acesso por parte das populações, a começar nos bancos da escola. Reforma do sistema de fundiário, obsoleto e completamente desajustado das actuais dinâmicas do território, factor de aberrantes distorções aos mais diversos níveis, desde o fiscal até ao do descontrolado continuado surgimento de áreas urbanas e de construções ilegais.

Revisão e modernização dos actuais conceitos legais sobre o ambiente, no respeito pelas normas europeias e internacionais, promovendo a coesão e a monitorização territorial, mas sem esquecer que toda e qualquer acção económica e social de um ser humano, desde sempre, tem por base o território e, como tal, constitui um seu inalienável e essencial componente.

O estabelecimento de parcerias com os cidadãos promovendo a sua participação e compromisso na gestão municipal.

Por conseguinte, se o que se persegue é o bem-estar do colectivo, este é feito do bem-estar de todos e de cada um. O princípio da equidade e da igualdade de oportunidades deve ser extensível e da responsabilidade da comunidade no seu todo e em relação a cada um dos seus membros.

DISCUSSÃO DA MOÇÃO "PORTUGAL MODERNO E SOLIDÁRIO"

DIA 15 DE SETEMBRO ÀS 21 HORAS NA SECÇÃO DE BENFICA E SÃO DOMINGOS DE BENFICA

# UM DEBATE PARA CONVERGIR

Jorge Rato \*

O PS foi sempre, no plano dos princípios e desde a sua fundação, um partido aberto e plural.

Todavia, na sua prática política interna e externa, nem sempre foi capaz de seguir esse aspecto do pensamento dominante dos seus dirigentes.

Em vários momentos da história do PS, tendeu-se a fechar o partido à sociedade, ignorando o pensamento e a opinião crítica dos movimentos da sociedade civil e, porque não dizê-lo, dos militantes que divergiam na estratégia e nas políticas.

Sempre que isso aconteceu, o PS acabou por ver diminuída a sua capacidade de influência na sociedade e saiu derrotado eleitoralmente.

Internamente existem diversas situações, sobretudo ao nível das estruturas intermédias, onde a predominância de uma certa oligarquia partidária que se instalou no poder, tem vindo a "matar" toda a criatividade e pensamento crítico dos que dela discordam.

Após mais de uma década de quase unanimismo, o PS defronta um Congresso Nacional onde vários projectos e protagonistas se afirmam e defrontam. Este facto é, só por si, uma vitória do PS e não, como alguns teimam em afirmar de forma doentia, um sinal de fraqueza.

O Partido Socialista é, acima de tudo um partido republicano e socialista democrático!

Se considerarmos que, nas sociedades modernas, muito mais complexas e subordinadas ao poder económico, ser republicano é, sobretudo, saber exercer o direito de cidadania no sentido de influenciar a gestão da coisa pública e que o debate e a análise crítica são características identitárias do movimento socialista de cariz democrático, o PS tem a obrigação de incentivar o debate interno, fomentando a participação e a análise crítica, e ter uma prática de abertura à sociedade que lhe permita estabelecer pontes com o tecido social do país.



Uma das questões centrais que deve marcar o debate político em torno do XIV Congresso Nacional do Partido Socialista tem a ver com o modelo de partido que ambicionamos e que o país precisa.

Não se trata de um debate estatutário (que, aliás, nem consta da Ordem de Trabalhos do Congresso), virado para a organização e inserção territorial do Partido. Trata-se, isso sim, de um debate político centrado na prática política interna, no aprofundamento da participação, no reforço do debate e do pensamento crítico e no posicionamento estratégico do PS, enquanto partido de poder, para protagonizar as mudanças que o país necessita e que a sociedade reivindica.

O PS tem de saber ouvir os seus militantes! Mas não no pressuposto de que só isso conta!

Ouvir os movimentos sociais e os seus protagonistas, fazendo-se eco das suas preocupações e aspirações; defender medidas de política que incentivem, ampliem e premeiem as iniciativas individuais e colectivas com mérito; apoiar e valorizar a inovação e a criatividade;

ser porta voz de uma cultura de incentivo e de reconhecimento pelo papel dos movimentos da sociedade civil; pugnar por uma sociedade que saiba aproveitar o esforço e a capacidade de todos e de cada um por forma a que se converta em valor acrescentado para o país – são algumas das marcas que devem caracterizar a prática política do PS no presente e para o futuro.

O debate em torno das propostas e programas inscritos nas cinco Moções Políticas de Orientação Nacional apresentadas e a preferência individual pelo perfil e estilo pessoal dos três Candidatos ao cargo de Secretário-Geral não deve (e em meu entender não pode) conduzir ao enfeudar das nossas posições políticas e ao radicalismo próprio da nossa condição humana.

Tanto mais quando, em boa verdade, todas as moções apresentam uma grande coincidência no que é substantivo e essencial. Além disso, todos os Camaradas candidatos a Secretário-Geral são grandes socialistas e com valorosas provas dadas de apego ao

Partido Socialista e ao socialismo democrático. A Moção "Uma Esquerda com Raízes e Com Futuro", que subscrevo, surge no pressuposto de que temos a obrigação moral e o dever cívico de participar, de forma activa, no aprofundamento do debate político no seio do PS, manifestando as nossas opiniões e qual a orientação estratégica que consideramos dever ser adoptada pelo PS. Mas surge, sobretudo, com o forte objectivo de ajudar a construir a convergência de opiniões na família socialista, como meio essencial de afirmação do PS como alternativa ganhadora. Assim, o debate deverá, sobretudo, contribuir para o enriquecimento e fortalecimento do Partido Socialista, na diversidade de opiniões, na clarificação de propósitos e de estratégias mas, também, na procura das convergências que nos permitam fazer do XIV Congresso Nacional um momento de grande elevação cívica e de uma enorme maturidade democrática. Também nisso o PS deve ser inovador – fazendo realçar a forma acesa e aguerrida com que nos batemos na defesa das nossas opiniões, bem como a riqueza do nosso pensamento ideológico, mas simultaneamente, demonstrando que a unidade na diversidade é um apanágio de quem sabe convergir no essencial. Convirá, aliás, recordar aos menos atentos, que existem outros partidos portugueses em fase de preparação dos respectivos congressos. Em nenhum deles se assiste a qualquer debate e, muito menos, da forma transparente como ocorre no nosso Partido. Esta é mais uma diferença que nos diferencia dos nossos adversários!

Cabe-nos a nós, socialistas, elevar o debate na sociedade portuguesa e mudar, com o nosso exemplo, a relação entre os partidos e a sociedade. Cabe aos portugueses, compreender essas diferenças, acreditar em nós e dar-nos a força que nos permita governar em maioria absoluta, abrindo um novo ciclo de esperança a Portugal!

\*Mandatário Nacional da Moção "Uma Esquerda com Raízes e com Futuro"

## IMIGRAÇÃO – ESQUERDA E DIREITA

Eduardo Graça

**A moção "Uma Esquerda com Raízes e com Futuro" e as intervenções dos seus subscritores têm colocado no debate do PS a questão da imigração, chamando a atenção para a sua importância. Entretanto, as intervenções dos candidatos a secretário-geral (e as suas moções) ou ignoram o assunto ou apenas lhe fazem referências passageiras de modo nenhum enfrentam o cerne da questão. É preciso tomarmos consciência de que as propostas dos socialistas têm de distinguir-se nitidamente da hipocrisia da direita nesta matéria. No texto que se segue, Eduardo Graça, que tem uma intervenção pública regular sobre esta questão, junta-se a nós para sublinhar a necessidade dessa clareza por parte dos socialistas num ponto que marcará o nosso futuro como civilização.**

As abordagens conservadoras do fenómeno da imigração costumam apontar um paralelismo entre o aumento do desemprego e a imigração, acrescentando uma pitada de "xenofobia social". Há uma relação directa entre o aumento da imigração e o aumento do desemprego? Não está provado. Os

indicadores da década de 90, em particular, na sua segunda metade, apontam para taxas de desemprego reduzidas e fluxos de imigração elevados.

O estudo recente "Contributos dos imigrantes na demografia portuguesa", de Maria João Valente Rosa, aponta para a necessidade de Portugal "importar" 188.000 imigrantes por ano, durante 20 anos, para que em 2021 não se tenha degradado a relação estatística entre pessoas activas e pessoas idosas que o país detinha em 2001. Este dado, só por si, ilustra a dimensão do desafio político e social que a palavra "imigração" comporta para o futuro de Portugal

A tese das correntes da direita ultra conservadora associa desemprego com imigração e imigração com insegurança. Mas a maior parte dos estudos sérios não confirmam, antes desmentem, essas teses. O que a realidade mostra, a quem quiser ver, é que o Ocidente precisa dos imigrantes, por duas ordens de razões. Pelo fenómeno do envelhecimento das populações, que não permite já promover a reposição das gerações: é a **questão demográfica**. Pela consequente incapacidade de dispor de uma massa crítica de mão-de-obra disponível capaz de assegurar o funcionamento da economia: é a **questão económica**.

O fenómeno da imigração comporta riscos para as regiões e países de acolhimento. É óbvio que sim. Contudo, o papel dos imigrantes na economia dos países do ocidente é necessário e útil. As vantagens da imigração superam largamente os riscos que lhe são inerentes, em particular, as dificuldades de integração social. E não podemos deixar de contar com o facto de que o povo português tem uma experiência histórica inigualável de demandar novos

países e culturas em busca de melhores condições de trabalho e de vida: é a história da emigração. Tem, por outro lado, mostrado, ao longo da história, qualidades excepcionais no acolhimento de estrangeiros e capacidade em lidar com as diferenças culturais e étnicas que essas comunidades transportam consigo.

A abordagem da questão da imigração tem permitido à esquerda, em todos os países, introduzir nas políticas sociais uma forte marca distintiva em relação à direita. **Espero que a deriva "pragmática" de algumas correntes socialistas não nos faça cair na tentação de adoptar e aplicar medidas legislativas "realistas" na política de imigração, abdicando dos princípios do humanismo e da tolerância.**

Estas duas simples palavras – humanismo e tolerância – são, na prática concreta das políticas de imigração, a diferença entre a esquerda e a direita. A esquerda, reconhecendo a necessidade dos imigrantes nos planos demográfico e económico, estabelece programas estruturados de necessidades de mão-de-obra, pugna por políticas racionais de acolhimento e de plena inserção social. A direita estabelece limites administrativos (fomentando, na prática, a imigração clandestina), abre as portas à exploração desenfreada da força de trabalho imigrante e deixa ao sabor das "boas vontades" as políticas de inserção social criando o fermento da xenofobia e do racismo.

Esta é uma questão sensível que exige a definição de políticas concretas por parte de cada um dos candidatos à liderança do PS. Vamos a isso?

*«Nós não nos resignamos à "indústria da política". Na indústria da política só governam os "partidos eleitoralistas". Os partidos eleitoralistas só pensam em votos. Para eles todos os votos são iguais, não se interessam pela construção de uma "base social de apoio" para designios nacionais. Para os partidos eleitoralistas a indústria da política é apenas mais uma guerra de marketing que vende produtos bem embrulhados. Mas isso não serve ao país. Nem serve às nossas ambições de modernização solidária e progresso com coesão. A ambição desta moção é dar um modesto contributo para que o PS seja cada vez mais uma ferramenta da democracia, um espaço de cidadania, uma esperança concreta para os portugueses.»*

*«O PS não tem medo da cultura de governo. A vocação dos socialistas não é estar contra. Nós queremos ser a esquerda que realiza. A esquerda consequente não teme as responsabilidades da governação. Não se governa com eleitoralismo ou com retórica de facilidades. Nós queremos uma esquerda da responsabilidade cidadã, que dirá ao país que não nos desenvolvemos sem esforço, sem mobilização, sem trabalho. Por isso, o debate da governação à esquerda não será, provavelmente, fácil. Mas não há nenhuma razão para o PS temer esse debate. Sabemos que o PS ganhará o debate da governabilidade à esquerda, porque ele permitirá que os portugueses avaliem por si mesmos o que cada partido vale para uma alternativa.»*

(Porfírio Silva, 1 de Setembro, jantar-debate na Casa do Alentejo)

## SAÚDE

# TAXAS MODERADORAS DIFERENCIADAS PÕEM EM CAUSA SNS

A universalidade do acesso ao Serviço Nacional de Saúde pode estar em causa se for por diante a medida anunciada pelo primeiro-ministro de criar taxas moderadoras diferenciadas consoante o escalão tributário.

O coordenador da bancada socialista para a área da Saúde, Luís Carito, disse ao "Acção Socialista" que "a postura do PS nesta matéria é a de exigir a tomada de medidas no sector da saúde após uma reforma fiscal que vise todos os contribuintes e não apenas os trabalhadores por conta de outrem".

"Seria bem melhor que a tutela se preocupasse mais com questões como a da comparticipação dos medicamentos", exemplificou Carito, que defende a urgência de uma reforma eficaz neste regime, acrescentando que o apoio do Estado deve passar a considerar o tipo de doença e não o tipo de medicamento que o doente toma. Para o deputado do PS, esta medida de Santana Lopes é "avulsa" e "desgarrada", pondo em causa a universalidade do acesso ao SNS e por isso insensível.

"Não passa de um híbrido sem sustentabilidade e que acabará por ser socialmente injusto", concluiu.

## Candidatos à liderança do PS condenam medida

Por seu turno, os três candidatos à



liderança do Partido Socialista rejeitaram veementemente a medida apresentada sábado pelo primeiro-ministro.

Para Manuel Alegre, esta proposta de Santana Lopes viola a Constituição da República e visa apenas "uma duplicação de impostos que serve unicamente para encaminhar os cidadãos para o sector privado".

Alegre considerou que a ideia de concretizar esta medida "põe em causa

o princípio da universalidade" e "agrava a injustiça fiscal" porque, explicou, "normalmente, quem paga mais impostos são aqueles que trabalham por conta de outrem e os que já dão mais dinheiro para a prestação dos serviços públicos de saúde".

Por sua vez, José Sócrates acusou o Governo de estar a propor aos portugueses que paguem um novo imposto através da anunciada criação

de taxas moderadoras diferenciadas.

"As taxas servem para atenuar os abusos na utilização do SNS, servem para moderar os excessos, servem para alguém que vai utilizar uma urgência hospitalar, em prejuízo dos outros utentes, tenha uma penalização, mas não servem para financiar o sistema", salientou Sócrates, para quem a medida anunciada por Santana Lopes resume-se a "uma taxa que permite aumentar as

receitas do Estado para financiar a Saúde e isso é um imposto", lembrando, porém, que o financiamento da Saúde deve passar pelo combate à "evasão fiscal" e pela promoção da "justiça fiscal".

Já João Soares reagiu ao anúncio do chefe do Executivo azul-laranja considerando que, sem equidade fiscal, se trata da "mais profunda das demagogias", de "uma batalha em que não fará concessões, na lógica daquilo que alguns comentadores já designaram de bloco central dos interesses".

"Não seremos, em circunstância nenhuma complacentes com esse bloco central de interesses" que "tem comandado uma parte da vida política portuguesa".

Soares disse que esta proposta não passa de mais uma tentativa de "atirar para cima dos que mais sofrem e mais dificuldades têm, sob o manto cada vez menos diáfano da demagogia e do populismo, os encargos daquele que é um valor sagrado para nós, o Serviço Nacional de Saúde". No seu entender, os privados têm "um papel a desempenhar", mas, "em circunstância alguma" pode ser posto em causa o acesso aos cuidados de saúde "que o Estado tem a obrigação de prestar, numa lógica de serviço público".

M.R.

## SUGESTÕES

por LUIZ FAGUNDES DUARTE

## UM ABELAIRA PÓSTUMO



Ao longo dos quarenta e quatro anos da sua carreira literária, o escritor Augusto Abelaira habituou-nos à sua presença discreta mas sempre interventora – tanto na vida cultural portuguesa, *stricto sensu*, como naquilo que geralmente se entende como a Vida de um país: Abelaira foi jornalista, e todos o recordaremos pelas suas crónicas em jornais como "O Século", "O Jornal", ou o "JL", nas quais comentava, com um notável sentido de ironia, as coisas da vida e dos homens a que ia assistindo. Abelaira desempenhou cargos públicos de responsabilidade, como director adjunto de programas da RTP, ou membro do Conselho de Imprensa e do Conselho de Comunicação Social; foi director de publicações tão importantes na história recente da cultura e da comunicação social do nosso país, como a *Seara Nova* ou a *Vida Mundial*; foi presidente da Associação Portuguesa de Escritores; foi activista político, militando no MUD Juvenil, subscrevendo manifestos contra a Ditadura, sendo duas vezes detido pela PIDE, uma delas em 1965, por causa da atribuição do Prémio da Sociedade Portuguesa de Escritores, por um júri por ele presidido, ao escritor Luandino Vieira. Mas Abelaira foi com todo o peso da palavra, e cremos que como tal ficará para a História, um Escritor: inicialmente tentado pela poesia, acabaria por se dedicar à ficção, tendo publicado 15 livros de romance, conto e teatro, deixando-nos ainda um romance em fase de acabamentos.

Augusto Abelaira nunca foi um escritor de grandes públicos; mas também foi por

isso que o meio literário português o reconheceu, ainda que tardiamente – atribuindo-lhe o Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores, com o livro *Outro Agora* (1996), o 14.º dos seus 15 livros publicados...

Entre as páginas dos jornais e revistas onde publicou crónicas; entre as páginas e as personagens dos livros que foi publicando desde 1959, com *A Cidade das Flores*, até ao póstumo *Nem só, mas também* (2004), passando por *Bolor* (1968), *Sem Tecto entre Ruínas* (1978) ou *O Triunfo da Morte* (1981); e entre os ecos das longas conversas e discussões sem fim sobre tudo, que tão bem soube cultivar – Augusto Abelaira ficará entre nós ainda por muito tempo, até porque ele é pessoa que nos faz falta: na verdade, é ainda a custo que nós, os que lhe sobrevivemos, tentamos soletrar as frases do fadário português que ele – como escritor, como jornalista, e como conversador – tão bem soube pronunciar.

Será por isso uma obrigação – grata – que leíamos o seu derradeiro romance, que acaba de ser publicado: *Nem só, mas também*.

Augusto Abelaira, *Nem só, mas também*.  
Lisboa: Editorial Presença, 2004, 242 páginas.

Acção  
**Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt  
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval  
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33  
DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal  
ou para accaosocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o